

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

**A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O ACESSO À JUSTIÇA: NEGAÇÃO DA
VULNERABILIDADE DO TRABALHADOR**

GUILHERME RIBEIRO DA COSTA

RIO DE JANEIRO
2018/2º Semestre

GUILHERME RIBEIRO DA COSTA

**A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O ACESSO À JUSTIÇA: NEGAÇÃO
DA VULNERABILIDADE DO TRABALHADOR**

Monografia de final de curso, elaborado no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação da Professora Dra. Ana Carolina Conceição Penha.

RIO DE JANEIRO - RJ

2018/2º Semestre

Costa, Guilherme Ribeiro da.

A reforma trabalhista de 2017 e o acesso à justiça: negação da vulnerabilidade do trabalhador: acesso à justiça/Costa, Guilherme Ribeiro da – 2017.

71 f.

Monografia (graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade Nacional de Direito.

Bibliografia: f. 66.

Guilherme Ribeiro da Costa

A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O ACESSO À JUSTIÇA: NEGAÇÃO DA
VULNERABILIDADE DO TRABALHADOR

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Dra. Ana Carolina Conceição Penha.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof. Dra. Ana Carolina Conceição Penha

Membro da banca: Prof. Dra. Jéssica Lima Brasil Carmo

Membro da banca:

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe por sempre ter me possibilitado estudar em escolas de qualidade, e ter sempre me apoiado nas horas que eu mais precisei, a minha avó e ao meu avô que sempre cuidaram de mim como se fossem meus próprios pais, e que também me ajudaram sempre nas horas mais difíceis, ao meu pai, que apesar de não morar mais comigo, tentou me ajudar dentro de suas possibilidades.

Agradeço a toda minha família e amigos que compreenderam que o motivo de não estar presentes com eles mais vezes foi devido à dedicação dos meus estudos. Nunca os abandonarei, podem ter certeza disto, independente das minhas obrigações.

Agradeço aos meus amigos de turma da Faculdade Nacional de Direito que nunca os esquecerei, em especial Fabianne Lopes Neves e Adriana Viotto Martins que estiverem presentes desde o meu primeiro período ao décimo. Sempre me ajudaram em muitas dificuldades e, por isso, sou muito grato.

Agradeço ao meu namorado que muito me deu apoio nas horas mais difíceis, sempre com seu bom humor e otimismo.

Agradeço aos meus colegas estagiários e advogados da CEDAE, Parque Tecnológico da UFRJ e do Felipe Santa Cruz Advogados pela oportunidade de aplicar os meus conhecimentos adquiridos em sala de aula e de ganhar experiência com a prática jurídica, também indispensáveis no meu aprendizado.

Agradeço a motivação dada pela Prof. Ana Paula Barbosa Fohrmann que, diante das minhas imensas dificuldades nos primeiros períodos da faculdade, me fez acreditar que dentro de mim existia um grande potencial. Sou muito agradecido a seus estudos dirigidos e aos seus incentivos que, sem dúvidas, foram fundamentais na caminhada da graduação.

Agradeço ao meu ex-orientador Rodrigo de Lacerda Carelli, que apesar de ter que interromper suas orientações com todos os seus orientandos para fazer seu PhD, sempre se

esforçou e se dedicou aos seus orientandos. A dedicação dele com certeza foi indispensável para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora Ana Carolina Conceição Penha, que muito colaborou para a continuidade desse trabalho. Mesmo nas horas que eu me sentia desanimado pelo cansaço, ela tentava ao máximo me animar para a conclusão do mesmo.

Agradeço às professoras Jéssica Lima Brasil Carmo, Patrícia Garcia e Natália Lucero pela motivação e pelo auxílio que me deram para a confecção deste trabalho.

E claro, agradeço a Deus por estar comigo nas horas mais difíceis, pois sem ele, não sei o que seria de mim.

RESUMO

Este trabalho analisou as finalidades do Direito do Trabalho para a sociedade em conjunto com o seu princípio norteador da proteção da parte mais vulnerável das relações laborais e a capacidade de efetivação dessa tutela frente aos princípios constitucionais de acesso à justiça. Foi analisada a Reforma Trabalhista no que tange aos artigos da CLT, bem como a sua conformidade com a Constituição, em especial, daqueles que foram objetos de impugnação da ADI 5.766. A Reforma Trabalhista de 2017 consistiu em uma alteração de diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho que prometia ser modernizadora da legislação e geradora de empregos. Contudo, estatisticamente, há uma contradição com as promessas e um movimento de desmonte dos direitos trabalhistas historicamente conquistados. Dentre eles, estão os artigos que tangem ao acesso à justiça, em específico, os artigos impugnados pela ADI 5.766, que foi o foco principal de análise deste trabalho, em que se observou diversos questionamentos sobre a constitucionalidade dessas normas, não somente entre as partes participantes do processo em questão, mas também de parte considerável da doutrina.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Vulnerabilidade. Acesso à justiça.

ABSTRACT

This paper analyzed the purposes of Labor Law for society in conjunction with its guiding principle of protection of the most vulnerable part of labor relations and the capacity to enforce this protection against the constitutional principles of access to justice. The Labor Reform was analyzed with regard to the articles of CLT, as well as their conformity with the Constitution, in particular, those that were objects of contestation of ADI 5.766. The Labor Law and Procedural Labor Law is an autonomous branch that is justified by the insufficiency of Civil Law in the regulation of labor relations, considering that there is no relation between equals, but a relation of power, where the worker is the most vulnerable part of this link. The Labor Reform of 2017 consisted of an amendment of several articles of the Consolidation of Labor Laws, with the purpose of modernizing the legislation and generating jobs. However, statistically, there is a contradiction with the pledges made and a deconstruction of the historically conquered labor rights. Among them are the articles that deal with access to justice, specifically, the articles contested by ADI 5.766, which was the main focus of this work, where there were several questions about the constitutionality of these norms, not only between the participating parties of the procedure in question, but also a considerable part of the doctrine.

Keywords: Labor Reform. Vulnerability. Access to justice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. METODOLOGIA.....	9
3. DIREITO DO TRABALHO E VULNERABILIDADE	11
3.1. Fins do Direito do Trabalho	11
3.2. Vulnerabilidade e hipossuficiência.....	14
3.3. Hipossuficiência no Direito do Trabalho	15
4. A REFORMA TRABALHISTA DE 2017	19
4.1. Contextualizando a reforma.....	19
4.2. A reforma em termos gerais e a vulnerabilidade do trabalhador.....	22
4.3. O acesso à justiça na reforma trabalhista de 2017	27
5. O DEBATE SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA E A REFORMA DE 2017: A ADI 5766 ..	34
5.1. Posições da doutrina	35
5.2. Discussão no Supremo Tribunal Federal.....	40
5.2.1. Posição da Procuradoria Geral da República.....	40
5.2.2. Posição da Advocacia Geral da União.....	42
5.2.3. Posição da Central Única dos Trabalhadores.....	45
5.2.4. Posição da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.....	46
5.2.5. Posição da Central dos Sindicatos Brasileiros.....	47
5.2.6. Posição da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.....	47
5.2.7. Posição da Confederação Nacional dos Transportes.....	48
5.2.8. Posição da Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil.....	49
5.2.9. Posição e voto do Ministro Luís Roberto Barroso.....	49
5.2.10. Posição e voto do Ministro Luis Edson Fachin.....	53
5.3. Visão crítica.....	56
6. CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS	66

1. INTRODUÇÃO

A Lei 13.467/2017, denominada como Reforma Trabalhista de 2017, foi projetada em 2017, no Governo de Michel Temer em cenário de instabilidade econômica e política no Brasil, sob a alegação de necessidade urgente em modernizar as normas trabalhistas que regem as relações de trabalho.

Diante dessa conjuntura, o Poder Executivo e Legislativo, de uma forma geral, realizou mobilizações para convencer e atingir o objetivo de aprovação do projeto de lei que ensejou a mesma.

A justificativa para tal inovação era pautado no discurso de que as realidades do novo milênio necessitavam de normas que formalizassem novas formas de contratação, criar mais empregos formais, incentivar empregadores a ofertar mais vagas de postos de trabalho através da flexibilização de normas ditas ultrapassadas que impediam a geração de empregos e, por consequência, aumentavam cada vez mais as taxas de desocupação no país.

As mudanças foram vistas por uma parcela da sociedade como positivas. Contudo, essa não era uma realidade de todos, tendo em vista a existência de uma grande parte dos cidadãos brasileiros críticos ao governo, inclusive renomados juristas. As críticas versavam sobre flexibilizar as normas laborais exageradamente apenas em benefício do poder patronal, prejudicando direitos indisponíveis e constitucionais da classe trabalhadora. Até mesmo algumas instituições, como o Ministério Público do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho formularam críticas à Reforma Trabalhista.

Muitas das controvérsias foram pautadas na desconsideração da vulnerabilidade do trabalhador, visto que a reforma tem sido apontada como um retrocesso por ser demasiadamente gravosa ao trabalhador e muito mais benéfica ao empregador, o que pode caracterizar um descumprimento ao Princípio da Proteção ao Trabalhador, norteador de todo o ramo justralhista.

Um ataque a esse princípio protetivo se mostra grave porque numa relação de trabalho não há uma relação entre iguais. As partes que compõe a mesma possuem

condições sociais e econômicas em patamares iníquos e dispositivos que ignoram esse fato devem ter a sua legitimidade questionada.

É justamente por essa disparidade social que existe entre a classe trabalhadora e a classe patronal que as relações trabalhistas não podem ser geridas e normatizadas pelo ramo do Direito Civil, que pressupõe relação em pé de igualdade. Por isso, até mesmo para resolver os litígios trabalhistas dentro do Poder Judiciário, é necessária uma esfera independente da Justiça Comum, porque até mesmo nas regras processuais deve haver uma diferença de tratamentos entre o reclamante e o reclamado, devido a desigualdade latente.

A existência do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho tem se mostrado relevante para efetivar o disposto no *caput* do art. 5, da Constituição Federal. A presença do ramo justralhista é uma forma de equalizar as relações entre trabalhadores e empregadores na forma da igualdade material, ou seja, o Direito dando condições para que as partes possam se relacionar da forma mais equânime possível.

Devido a importância da proteção ao trabalhador pelo Direito, tamanhas foram as controvérsias que a nova lei causou, sendo assim, alvo de muitas ações no Supremo Tribunal Federal (STF), apontando várias possíveis inconstitucionalidades de em diversos dispositivos alterados e criados, dentre eles os que tangem o tema de acesso à justiça, que será tratado neste trabalho.

Uma das ações, de controle concentrado de constitucionalidade, foi a ADI 5.766, que é o principal objeto deste estudo, proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR). A mesma questiona a desvulnerabilização do trabalhador através da alteração das regras de gratuidade de justiça, fundamentais ao acesso à justiça pela classe obreira, no que tange às cobrança de honorários sucumbenciais (art. 791-A, §4º, CLT), honorários periciais (art. 790-B, §4º, CLT) e pagamento de custas em caso de ausência em audiência (art. 844, §2º, CLT).

O ajuizamento da ADI 5.766 se mostrou relevante e motivador para o presente estudo. Com o acompanhamento de todas as sessões de julgamento feitas pelo STF, pode-se perceber que muitas são as críticas (de pessoas consideradas como grandes juristas) a

favor e contra a reforma. Desta forma, há a percepção de que as questões tratadas não são tão simples, *a priori*, e merecem ser objetos de um estudo direcionado aos dispositivos impugnados por essa ação de forma a analisar se há ou não uma desconsideração da vulnerabilidade do trabalhador no que tange a esses assuntos.

O tema é considerado importante por se tratar de um dos direitos processuais mais básicos do ramo trabalhista, que é o acesso à justiça do trabalhador que, antes da lei, já era dificultado diante da inexistência de uma Defensoria Pública que atendesse essa demanda e também da inexistência da assistência jurídica sindical pela maioria dos trabalhadores, já que essa maior parcela não é sindicalizada.

Com a aprovação da nova lei, houve uma correria para o ajuizamento de ações antes de que a mesma entrasse em vigor, devido a um medo que pairava sobre os advogados de clientes, sobretudo dos mais pobres, da condenação em custas judiciais, honorários de sucumbência de advogado e de perito, dentre outros motivos.

Com a observação dos dispositivos alterados pela Reforma Trabalhista e diante da observação das críticas apresentadas por diversos juristas das alterações, gerou-se mais curiosidades sobre esse tema. Tais percepções tangem a inibição da efetivação da gratuidade judiciária e acesso à justiça, bem como a geração de retrocesso social.

O ajuizamento da ADI 5.766 se mostrou relevante e motivador para o presente estudo. Com o acompanhamento de todas as sessões de julgamento feitas pelo STF, pode-se perceber que muitas são as críticas (de pessoas consideradas como grandes juristas) a favor e contra a reforma. Desta forma, há a percepção de que as questões tratadas não são tão simples, *a priori*, e merecem ser objetos de um estudo direcionado aos dispositivos impugnados por essa ação de forma a analisar se há ou não uma desconsideração da vulnerabilidade do trabalhador no que tange a esses assuntos.

2. METODOLOGIA

A posição da doutrina e da jurisprudência sobre os temas relacionados ao Direito, sobretudo os estudados em sala de aula nas universidades, muito contribuem para o aprendizado dos alunos e, até mesmo, daqueles que já estão formados, se entendermos

que o processo de construção do conhecimento é algo contínuo e não termina com o recebimento do diploma de graduação.

Embora seja essa uma importante forma de aprendermos o Direito e como essa disciplina se opera, ela não deve ser feita de forma mecânica e destoadada da análise da realidade. Isso porque o bom jurista não é aquele que decora o que a lei, a doutrina e a jurisprudência dizem, tornando-o um mero reproduzidor de normas.

O bom jurista não é aquele que possui o maior coeficiente de rendimento de um curso de graduação, mas aquele jurista que é capaz de ser crítico, se deparando com o Direito e com a realidade, e questionar o motivo deste ser do jeito que é, e indagar a razão da doutrina e da jurisprudência afirmarem determinada interpretação diante da norma.

Logo, ser um bom operador do Direito não é aquele que melhor reproduz os melhores entendimentos das fontes do Direito, mas aquele que é capaz de, através de uma interpretação lógico-sistemática aliada a realidade social local, reproduzir uma posição sobre o que é justiça.

Diante de tal percepção, este trabalho foi realizado não somente com a análise doutrinária e legislativa sobre o tema, mas através de um levantamento desta em conjunto com uma análise de dados estatísticos, com a finalidade de melhor analisar criticamente as posições doutrinárias e do Supremo Tribunal Federal a respeito dos assuntos que tangem o acesso à justiça e, em especial, a ADI 5.766.

Analisou-se toda a tramitação da ADI 5.766 no STF, desde a petição inicial da PGR até as sessões, que aconteceram em dois dias e com sustentações orais e votos do Ministro Luís Roberto Barroso e do Ministro Edson Fachin. Atualmente, a lação aguarda os votos dos demais ministros, razão pela qual não foi possível a análise do desfecho do processo, limitando-se, portanto, ao estudo das questões relevantes para o tema de acodo com a doutrina, da discussão na Suprema Corte até o presente momento e dos dispositivos impugnados nesta ação frente aos princípios constitucionais e justralhistas.

3. DIREITO DO TRABALHO E VULNERABILIDADE

3.1. Fins do Direito do Trabalho

Para a efetivação da igualdade material entre trabalhadores e patrões, o Direito do Trabalho possui um princípio norteador da proteção ao trabalhador, com a finalidade de equilibrar a relação desigual entre as partes. Desta forma, seguindo esse dogma, o Estado deve proporcionar uma maior proteção jurídica ao obreiro corrigindo as iniquidades através da criação de outras desigualdades, objetivando assim, uma menor vulnerabilidade do trabalhador frente ao empregador.¹

De acordo com Maurício Godinho Delgado, o ramo justrabalhista tem “valor finalístico essencial, que marca a direção de todo o sistema jurídico que compõem”. Este valor “consiste na melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica”. Logo, sem esse valor e essa finalidade, o Direito do Trabalho não se justificaria, tampouco cumpriria sua função social de proteção ao trabalhador.²

Para o mesmo autor, esse ramo autônomo do Direito possui quatro funções, sendo uma delas, a função central, e as outras são denominadas como função de caráter modernizante e progressista, função política conservadora e função civilizatória e democrática.³

A **função central** do Direito do Trabalho é a “melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica”, cuja a classe trabalhadora de forma geral deve ser tutelada, independentemente dos efeitos individuais que essa proteção venha gerar.⁴

Desta função podemos extrair que a proteção dada pelo Direito do Trabalho é de forma a tutelar a dignidade humana da classe trabalhadora de uma forma geral, ainda que esse regramento especial possa gerar algum impacto individual. Podemos citar, por exemplo, os adicionais de insalubridade, periculosidade, horas extras, noturno, dentre

¹ CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 10ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014. p. 169.

² DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 54.

³ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 54.

⁴ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 54.

outros direitos que não possuem o objetivo de simplesmente remunerar a mais o trabalhador em um aspecto individualista, mas tentar desincentivar os empregadores a obrigar seus empregados a práticas onerosas a saúde do trabalhador.

Ainda dentro dos exemplos acima, com os adicionais citados, poderá o empregador repensar em determinar que seus empregados trabalhem em condições insalubres, perigosas, para além da jornada ordinária ou em horário noturno. Contudo, se o empregador não coloca seu empregado nessas condições, o empregado deixa de ter uma remuneração a mais, podendo gerar, de certa forma, um impacto individual, mas não deve ser esse o objetivo do Direito do Trabalho, mas o de proteção à saúde da classe obreira como um todo.

A função de caráter modernizante e progressista determina circunstâncias mais modernas, ágeis e civilizadas na gestão da força de trabalho para que o trabalhador consiga condições mínimas de dignidade para realização do trabalho. Diante da imposição de um patamar mínimo para a classe trabalhadora, o Direito do Trabalho acaba por estimular o empregador a investir em tecnologia e aperfeiçoamento de sua mão de obra para conseguir se manter na concorrência do mercado. Logo, podemos entender que o ramo justrabalhista regula a concorrência à medida que impõe os mesmos direitos a todos os trabalhadores.⁵

De acordo com essa compreensão, incumbe à normatização laboral impor limites ao empresariado, a fim de diminuir a concorrência entre os trabalhadores, já que estes não podem ser tratados como uma mercadoria. A flexibilização das condições de trabalho é capaz de gerar uma maior concorrência entre os mesmos, que pode se mostrar extremamente prejudicial para a classe obreira coletivamente já que tal prática pode gerar o aumento exponencial das desigualdades sociais.

Dentro desta linha de raciocínio, podemos extrair uma compreensão de que a imposição de um patamar mínimo de dignidade para os trabalhadores, por consequência, também impõe um patamar mínimo para os empregadores, que possuirão condições mais

⁵ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 53.

igualitárias para concorrer e se manter no mercado capitalista, tendo o empregador que criar outras estratégias para conseguir se manter no mercado.

O *dumping social* é uma consequência da supressão dos patamares mínimos, cujos os empregadores que arcam com mais direitos trabalhistas tem menos condições de concorrer com os que concedem menos direitos. Tal prática gera uma concorrência desleal com as congêneres, acarretando em um impacto em toda sociedade, porque, tende a eliminar as empresas adimplentes com as obrigações laborais e, por conseguinte, manter as inadimplentes que as submetem a classe trabalhadora a condições sub-humanas gerando mais desigualdade social.⁶

A Constituição de 1988 foi importante ao instituir no rol de direitos e garantias fundamentais os patamares mínimos também para a classe obreira, como o art. 7º da Carta Magna, por exemplo, com a finalidade de tentar barrar retrocessos e, ao mesmo tempo, evitar a concorrência desleal que pode gerar o *dumping social*.

O salário mínimo pode ser um dos exemplos, que está dentro do rol do art. 7º da Constituição, que gera um patamar mínimo para os trabalhadores, já que ninguém poderá se submeter a uma remuneração menor que a imposta pela legislação. O empresariado, portanto, ficaria impedido legalmente de diminuir o valor da sua mão de obra para diminuir o custo da produção para lutar no mercado concorrencial, tendo que recorrer a outras medidas como, o investimento em tecnologia e o aperfeiçoamento de sua mão de obra para conseguir permanecer forte perante aos congêneres.

A função **política conservadora** deste ramo especializado, segundo Maurício Godinho, “existe à medida que esse ramo jurídico especializado confere legitimidade política e cultural à relação de produção básica da sociedade contemporânea⁷”.

A partir dessa compreensão doutrinária, é possível derivar uma outra: a função política conservadora mantém o *status quo* nas relações trabalhistas, já que colabora com

⁶ CHAVES, Maria Cláudia Gomes. **Dumping social como fator de precarização das relações de trabalho**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 78, 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8087>. Acesso em 23 nov. 2018.

⁷ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 58.

a manutenção do sistema capitalista atual em que poucos detém o poder político e econômico dentro da sociedade. Nesse cenário, a grande massa trabalhadora sustenta esse sistema de forma pacífica. Portanto, de acordo com a doutrina, essa função possui o condão de resolver conflitos para que haja a pacificação entre trabalhadores e empregadores.

Por fim, a **função civilizatória e democrática**, para o autor supramencionado, objetiva uma amenização das iniquidades socioeconômicas que são inevitáveis pelas regras do mercado e do sistema capitalista. Dentro dessa função, consolidou-se a relação de emprego, que se mostra como um dos mais importantes instrumentos de relação de poder presente na sociedade, mas que, ao mesmo tempo, pretende criar direitos para a proteção do indivíduo hipossuficiente.⁸

A quarta finalidade trazida por Maurício Godinho Delgado mostra-se relacionada com o caráter modernizante e progressista. Com a criação de um patamar mínimo de direitos laborais, impede-se que a classe obreira tenha que se submeter a condições abaixo das condições mínimas da dignidade da pessoa humana. Logo, não pode o empresariado usar desse artefato para sobreviver ao mercado concorrencial. Então, o Direito do Trabalho mostra-se importante no processo construtivo civilizatório e democrático quando impõe condições mínimas de proteção do trabalhador para que haja um pacto laboral.

3.2. Vulnerabilidade e hipossuficiência

De acordo com o Princípio da Proteção, para Maurício Godinho Delgado, o Direito do Trabalho cria regras, institutos, princípios e presunções, que vão limitar o poder do empregador em impor a sua própria vontade contra a do trabalhador, com a finalidade de protegê-lo.⁹

Uma dessas presunções é a própria que se baseia o Direito do Trabalho, a presunção de hipossuficiência. Todo trabalhador está em uma posição de hipossuficiência, que não significa que ele seja hipossuficiente. Esta circunstância se

⁸ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 58.

⁹ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 58.

fundamenta no fato de que a relação trabalhista possui desigualdade entre as partes, já que as condições de realização da autonomia da vontade são díspares, porque o empregado está em posição vulnerável e o empregador em uma posição privilegiada.

O Direito do Trabalho, com o princípio de proteção, pretende dar ao trabalhador vulnerável uma maior liberdade, limitando a autonomia da vontade do empregador com objetivo de diminuir a relação de hipossuficiência entre as partes obreira e empregadora.

3.3. Hipossuficiência no Direito do Trabalho

O Direito do Trabalho está elevado a nível constitucional, em especial, ao nível de direitos humanos de segunda geração (direitos sociais), que estão elencados no art. 6º da Constituição Federal, dentro dos direitos fundamentais.

A proteção do trabalhador dada pelo princípio norteador do ramo trabalhista em relação ao empregador mostra a necessidade de uma interpretação mais favorável ao obreiro pela sua condição debilitável. Logo, uma regulação tratando as relações de trabalho como uma relação entre iguais, como descritas no Código Civil, feriria os propósitos republicanos expostos no art. 3º da Carta Magna, bem como a ineficácia de um dos princípios basilares da República e da democracia, o princípio da igualdade material.

Esta temática se fundamenta pelo entendimento contemporâneo de que, para a efetividade da igualdade, aqueles entendidos como mais suscetíveis às injustiças sociais, como na relação de trabalho entre empregado e empregador, em que se entende que o empregado possui hipossuficiência em relação ao poder patronal, por exemplo, deve ter uma proteção maior do Estado, em que o mesmo deve, segundo Marcelo Novelino e Dirley da Cunha Jr., determinar aos poderes públicos a obrigatoriedade de aplicar providências concretas com a finalidade de reduzir ou compensar as desigualdades presentes no plano fático.¹⁰

¹⁰ CUNHA JUNIOR, Dirley da; NOVELINO Marcelo. **Constituição Federal para concursos**. 6. ed. rev. ampl.e a atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2015

Contudo, o reconhecimento de hipossuficiência do trabalhador nem sempre existiu, mas foi construído com o passar dos séculos. Logo, começou a se entender que a necessidade de luta para que houvesse uma maior proteção à classe trabalhadora deveria ser maior com a finalidade de se conquistar mais direitos.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, os direitos trabalhistas ganham maior importância no cenário político e são incluídos em várias constituições do mundo, em um fenômeno mundial conhecido como constitucionalismo social, cuja a primeira constituição a incluir os direitos trabalhistas, em seu bojo, foi a do México em 1917.¹¹

Normas internacionais também surgem para proteger a classe trabalhadora com o objetivo de compensação da desigualdade entre trabalhadores e empregadores. A título exemplificativo do início dessa normatização foi o Tratado de Versalhes, em 1919, que criou a Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, que prevê alguns direitos trabalhistas, tais como limitação da jornada de trabalho, férias remuneradas, repouso e lazer.¹²

No Brasil, a partir da Era Vargas, há uma grande ampliação dos direitos trabalhistas com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, bem como a Justiça do Trabalho ganha independência dentro do Poder Judiciário.

Contudo, o período da Ditadura Militar foi marcado por algumas mudanças na legislação que, de acordo com Luiz Gustavo Assad Rupp, trouxeram retrocessos no que tange aos direitos trabalhistas, como a criação da Lei de Greve, também conhecida como lei “antigreve”, pois fazia restrições ao direito de greve, bem como a criação do regime do FGTS que acabou com o regime da estabilidade, em que, antes, após 10 anos de trabalho, o empregado somente poderia ser dispensado em caso de falta grave.¹³

Com o advento da Constituição de 1988, temos um período de reconstrução dos direitos sociais, como os direitos trabalhistas, por exemplo, que foi um dos elevados à

¹¹ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 58.

¹² DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 58.

¹³ RUPP, Luiz Gustavo Assad. **Reforma e Contrarreforma Trabalhista**. Joinville: SINSEJ, 2017. Disponível em: < <http://www.sinsej.org.br/2017/11/18042/>>. Acesso em 15 nov. 2018.

categoria de Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Humanos, com a tentativa de evitar a destruição ou o retrocesso dos mesmos, segundo Dirley da Cunha Junior, já que constitui cláusula pétrea dentro do nosso ordenamento jurídico atual. Tal entendimento foi construído porque os direitos e garantias fundamentais não podem ser objeto de alteração na Constituição, conforme art. 60, §4º, da Carta Magna.¹⁴

Logo, sendo o Direito do Trabalho um direito humano, fundamental, e que visa atender o princípio da igualdade material, deve a Constituição da República, como *lex superior*, proteger qualquer hipossuficiência entre as partes na relação de trabalho que, em condições paritárias do regime do Direito Civil, dificilmente ocorreria, segundo a posição considerável da doutrina.

Assim entende Vólia Bonfim Cassar, ressaltando que a questão central básica do Direito do Trabalho é a proteção do trabalhador pelo motivo de que o obreiro não possui a mesma posição de igualdade que o empregador, como ocorre no regime civil. Segundo a autora, “a finalidade do Direito do Trabalho é a de alcançar uma verdadeira igualdade substancial entre as partes e, para tanto, necessário é proteger a parte mais frágil desta relação: o empregado”.¹⁵

Simone da Costa e Felipe Ternus indicam que o trabalhador se apresenta como parte em hipossuficiência perante ao empregador, motivo pelo qual acaba não tendo outra alternativa senão ceder a determinadas circunstâncias impostas pelo poder patronal para conseguir sua subsistência, ainda que provisoriamente, mesmo que sejam sucumbidos os seus direitos trabalhistas.¹⁶

¹⁴ CUNHA JUNIOR, Dirley. **A proibição do retrocesso e o efeito “cliquet” dos Direitos Fundamentais**. Jusbrasil, 2014. Disponível em: <<https://dirleydacunhajunior.jusbrasil.com.br/artigos/152845012/a-proibicao-do-retrocesso-e-o-efeito-cliquet-dos-direitos-fundamentais>>. Acesso em 16 nov. 2018.

¹⁵ CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 10ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014. p. 169.

¹⁶ OLIVEIRA, Samara Moura Valença de. **A aplicação do princípio da primazia da realidade no combate ao fenômeno da pejetização**. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/relu/article/viewFile/2687/1938>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Independentemente das condições econômicas do trabalhador, bem como do prestígio que o mesmo obtenha, a hipossuficiência do obreiro é o suficiente para fundamentar a aplicação do Direito do Trabalho.¹⁷

Diante dos entendimentos explanados sobre o cenário de hipossuficiências entre as partes da relação trabalhista, a efetivação da igualdade material entre trabalhadores e patrões se mostra relevante através do ramo justralhista, que possui um princípio norteador da proteção ao trabalhador, com a finalidade de equilibrar, na lição de Vólia Bomfim Cassar, a relação desigual entre as partes. Desta forma, seguindo esse dogma, o Estado deve proporcionar uma maior proteção jurídica ao obreiro corrigindo as iniquidades através da criação de outras desigualdades, objetivando assim, uma menor vulnerabilidade do trabalhador frente ao empregador.¹⁸

Na lição de Mauricio Godinho Delgado, a redução da hipossuficiência depende da manutenção dos princípios basilares do direito do trabalho, sendo eles: (princípios da proteção, da norma mais favorável, da imperatividade das normas trabalhistas, da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, da condição mais benéfica, da inalterabilidade contratual lesiva, da intangibilidade salarial, da primazia da realidade sobre a forma e da continuidade da relação de emprego). Se não preservados, haverá um comprometimento “da própria noção de direito do trabalho em certa sociedade histórica concreta”.¹⁹

Logo, podemos extrair em conjunto de todos os entendimentos dos autores citados que, por ser a proteção do Direito do Trabalho essencial para a efetivação do direito fundamental e humano ao trabalho digno, tutelados pela Constituição Federal como cláusula pétrea, não pode o trabalhador renunciar a mesma, pois feriria a dignidade de sua pessoa humana, que também se mostra irrenunciável. Ou seja, os direitos trabalhistas são indisponíveis pela razão de sua existência, que é justamente a proteção da pessoa humana do trabalhador.

¹⁷ OLIVEIRA, Samara Moura Valença de. **A aplicação do princípio da primazia da realidade no combate ao fenômeno da pejetização**. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/2687/1938>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹⁸ CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 10ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014. p. 169.

¹⁹ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 213

Também podemos compreender da análise doutrinária evidenciada que quando um trabalhador renuncia aos direitos trabalhistas, ele atinge a todos os outros trabalhadores porque, por óbvio, o empregador desejará um empregado que renuncia aos seus direitos, e haveria concorrência entre os trabalhadores. Por isso, o Direito do Trabalho deve ser cogente, ou seja, de ordem pública, porque a sua efetivação é de interesse público.

Assim, também entende Jéssica Schneider, que explica sua posição afirmando que não há possibilidade de afastar as normas de proteção ao trabalhador pela vontade do obreiro ou do empregador em razão da hipossuficiência do proletário.²⁰

“[...] as normas de direito do trabalho são aplicáveis independentemente da vontade das partes e da aparência que as mesmas quiseram dar à relação jurídica travada. Assim, ainda que não se constate a simples anuência do trabalhador com a adoção do contrato civil de prestação de serviços, isto é, mesmo que haja uma real negociação entre as partes, não é dado às mesmas fugir à aplicação dos preceitos trabalhistas, mesmo porque, como já tratado à exaustão, o empregado jamais estará em uma situação de igualdade tal em relação ao seu empregador que lhe permita discutir os termos do contrato sem abrir mão de determinados direitos, o que, por si só, já reclama a proteção do direito do trabalho.” (SCHNEIDER, 2010)²¹

4. A REFORMA TRABALHISTA DE 2017

4.1. Contextualizando a reforma

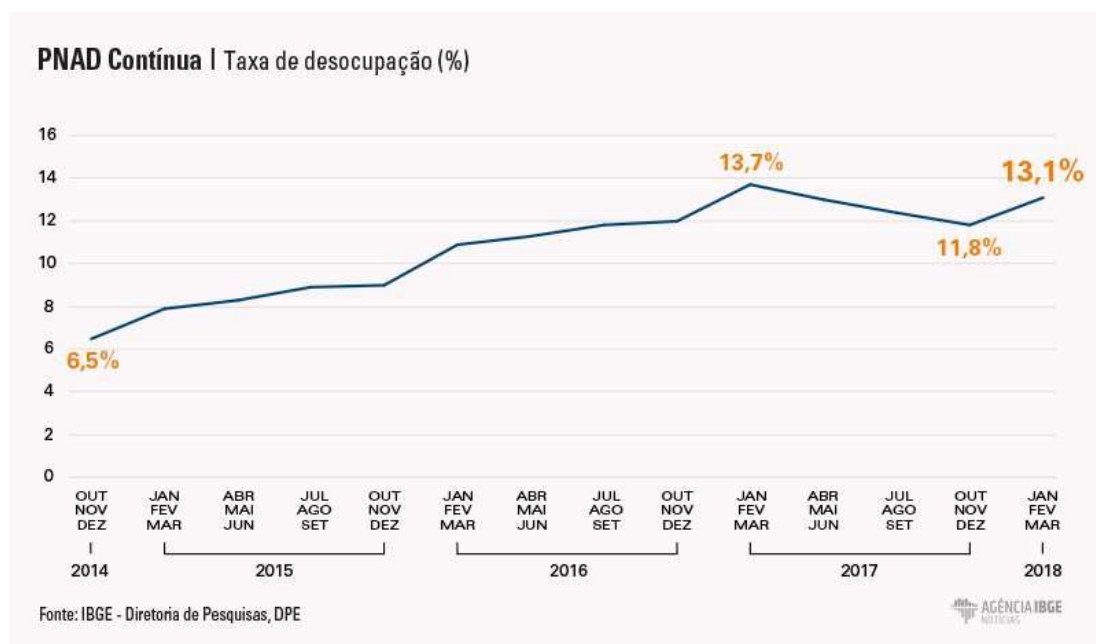
O projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, conhecido como Reforma Trabalhista, teve início no Governo Temer, em um cenário de crise econômica e política no país.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Brasil registrava em 2017, no

²⁰ SCHNEIDER, Jéssica Marcela. **O princípio da primazia da realidade e sua aplicação enquanto instrumento de combate à fraude à relação de emprego**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://pdfdocumento.com/universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-jessica-ufrgs-lume_5a357c471723dd215d11053a.html>. Acesso em: 20 jun. 2018. p. 53

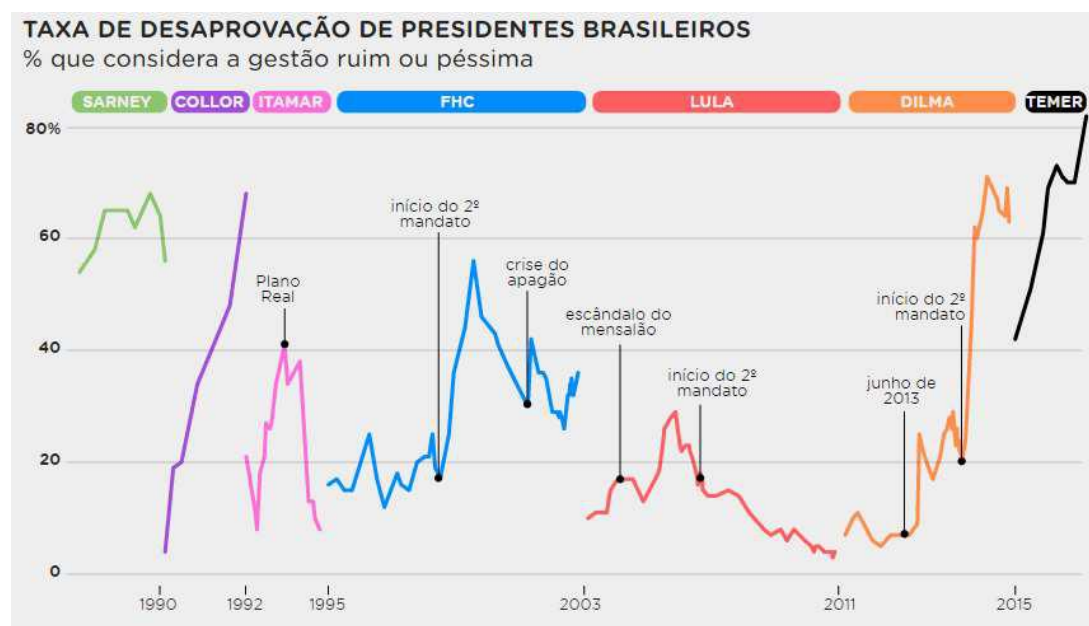
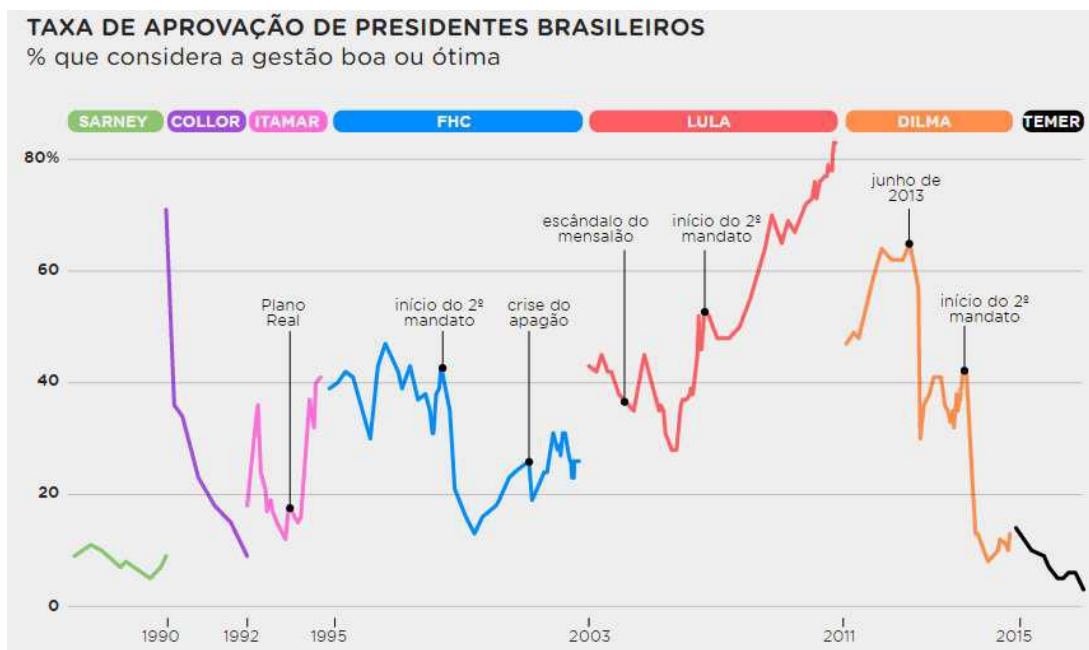
²¹ SCHNEIDER, Jéssica Marcela. **O princípio da primazia da realidade e sua aplicação enquanto instrumento de combate à fraude à relação de emprego**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://pdfdocumento.com/universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-jessica-ufrgs-lume_5a357c471723dd215d11053a.html>. Acesso em: 20 jun. 2018. p. 53

primeiro trimestre, uma taxa de desocupação de 13,7% e, no terceiro trimestre (época de entrada em vigor da Reforma Trabalhista) de 11,8%.²²



A gestão do Presidente Michel Temer, junto às promessas de mudança das normas trabalhistas que contou com o apoio da maioria do Congresso Nacional, resultou em desaprovações piores que os da gestão anterior por parte da opinião pública, conforme podemos analisar nos gráficos a seguir divulgados pelo site de notícias Nexojornal.

²² IBGE. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. Agência de Notícias, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>>. Acesso em 17 nov. 2018.



Diante de desaprovações do Governo e taxas de desemprego e sob a alegação de combate ao desemprego e a crise econômica brasileira, o movimento dentro do Executivo e do Legislativo brasileiro foi grande para promover e lutar pela aprovação da Reforma Trabalhista.

Uma das argumentações principais utilizadas pelos defensores da reforma, dentre eles o Presidente Michel Temer, foi de que a CLT é um conjunto de normas da década de

1940, muito antiga, e que não estava adequada para as realidades do novo milênio, fazendo com que as relações de trabalho não evoluíssem trazendo menos empregos formais.²³

Com a reforma, Michel Temer alega que há uma tendência de aumento de empregos com nenhum direito a menos, portanto, entendendo ser a nova legislação trabalhista mais moderna e adequada à realidade do século XXI.²⁴

4.2. A reforma em termos gerais e a vulnerabilidade do trabalhador

Segundo Homero Batista, as premissas supramencionadas foram amplamente divulgadas pelo Governo, alegando que a necessidade de reforma era urgente, avassaladora e inegociável, contudo, em quase nada se discutiu as alterações posteriores a data de início de vigência da CLT, tendo em vista que a mesma foi alterada diversas vezes até presente ano.²⁵

São fartos os exemplos de alteração da CLT dados pelo autor durante a história, como o regime do fundo de garantia (1967), lei de férias (1977), vale transporte (1985), os diversos direitos derivados da Constituição de 1988, o banco de horas e o trabalho parcial (1998), o rito sumaríssimo, Comissão de Conciliação Prévia e Lei do Aprendiz (2000), a desoneração dos encargos trabalhistas sobre benefícios assistenciais (2001), alterações no que tange à Justiça do Trabalho (2004), alteração das relações sindicais (2008), alterações sobre o trabalho feminino (2012 e 2016), alterações de direitos em algumas categorias em 2012, como a de motorista e a de portuários, novidades em relação aos direitos do trabalhador doméstico (2013 e 2015), e legislação superveniente sobre gorjeta e terceirização (2017).²⁶

²³ RODRIGUES, Jessé. **Pronunciamento de Michel Temer sobre a Reforma Trabalhista – 11/07/2017**. Youtube, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aZiAq3UW5ss>>. Acesso em 17 nov. 2018.

²⁴ RODRIGUES, Jessé. **Pronunciamento de Michel Temer sobre a Reforma Trabalhista – 11/07/2017**. Youtube, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aZiAq3UW5ss>>. Acesso em 17 nov. 2018.

²⁵ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

²⁶ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

Diante disso, podemos questionar a possibilidade desse tipo de argumentação prosperar, tendo em vista que a própria CLT, em sua história, vem sempre sofrendo alterações, tornando-a mais nova, contradizendo, portanto, a alegação de uma normativa antiga e obsoleta.

A Reforma Trabalhista vem também sendo questionada em muito pela sociedade eis que vários assuntos de proteção à vulnerabilidade do trabalhador ficaram longe das discussões com a finalidade de alteração.²⁷

Essas controvérsias levantadas pela sociedade quanto à desconsideração da vulnerabilidade do trabalhador pela reforma da legislação trabalhista se devem ao fato de que nas relações trabalhistas não há uma relação entre iguais, mas uma relação de subordinação, cujo o empregador possui uma posição de supremacia e o empregado é subordinado ao mesmo. Logo, o trabalhador está em posição de vulnerabilidade e necessita de um ramo do direito específico para equilibrar essa relação, já que o mesmo não possui autonomia de vontade por estar dependente de um salário para sua sobrevivência.

Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado apontam alguns desses aspectos que consideram atentar contra a vulnerabilidade do trabalhador, afirmando, em síntese, que a Lei 13.467/2017 objetiva romper com a lógica civilizatória, democrática e inclusiva do Direito do Trabalho através da desregulamentação ou flexibilização das normas imperativas que incidem sobre os contratos de trabalho.²⁸

Os referidos autores trazem seis fatos que demonstram o impacto da nova legislação na sociedade, que seriam: o desprezo à noção de centralidade da pessoa humana na ordem jurídica e na vida social; o esvaziamento extremado do princípio constitucional da igualdade material; a estratégia de desconstrução direta e/ou indireta do arcabouço normativo constitucional e infraconstitucional de proteção à saúde e segurança do trabalhador; driblar normas jurídicas de inclusão de pessoas humanas vulneráveis no

²⁷ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

²⁸ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

mercado de trabalho, tais como, trabalhadores aprendizes, pessoas com deficiência e trabalhadores em reabilitação previdenciária; exacerbação da duração do trabalho em todo o mercado laborativo e; descaracterização da natureza salarial de parcelas pagas ao empregado.²⁹

O autor citado acima atribui o **desprezo à noção de centralidade da pessoa humana** pela nova lei porque entende que a mesma trás uma desmedida prevalência do poder econômico dentro das relações de trabalho que, para ele, é a principal relação de poder existente no âmbito da economia e da sociedade.³⁰

Quanto ao **esvaziamento do princípio da igualdade**, ele atribui à flexibilização das normas, seja pela acentuação do poder patronal, seja pelas severas restrições que implementa o acesso à justiça ao trabalhador.³¹

O Princípio da Proteção do Trabalhador está fortemente ligado ao Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, que coloca o ser humano sujeito de direitos no centro dos objetivos protetivos do Direito como um todo. Na esfera do Direito do Trabalho não poderia ser diferente, cujo o trabalhador, presumivelmente vulnerável na relação jurídico-trabalhista, deve ser o centro das atenções no âmbito de proteção normativo.

Se a vulnerabilidade é combatida através do princípio norteador da proteção do trabalhador, não é razoável que o foco da proteção humana da legislação trabalhista seja deturpado e se torne mais centrado no capital, pois estaria ferindo o padrão mínimo civilizatório para que a classe obreira tenha maiores condições de se relacionar juridicamente com seu patrão. Então, se o foco protetor dessa classe se perde, a concorrência entre os trabalhadores aumenta, tendo que se submeter a condições cada vez mais desumanas para conseguir sobreviver com suas verbas alimentares cada vez mais precárias.

²⁹ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

³⁰ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

³¹ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

Logo, podemos entender que os dois primeiros aspectos explicitados pelo autor acima estão intimamente interligados, visto que não pode uma nova lei desproteger a classe obreira e fortalecer ainda mais o poder patronal tendo em vista que as iniquidades já preexistem e, com a alteração desfavorável ao trabalhador, se tornam mais díspares.

A estratégia de desconstrução direta e/ou indireta do arcabouço normativo constitucional e infraconstitucional de proteção à saúde e segurança do trabalhador, segundo esse doutrinador, ocorre pela menor incidência das novas normas aos riscos inerentes a saúde e a segurança no trabalho e pelas regras que pulverizam o ambiente de trabalho dos vínculos empregatícios e trabalhistas, induzindo que tais vínculos sejam supostamente com relação a várias empresas supostamente desconexas, que tornam ineficazes o controle da garantia à saúde e à segurança do trabalhador.³²

Essa pulverização mencionada é uma consequência das regras sobre terceirização, uma vez que a mesma tende a criar uma sequência de contratos de trabalho terceirizados ao longo dos anos, sem a percepção de férias, por exemplo, que já é um dos vários aspectos que prejudicam a saúde do trabalhador.³³

Um estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontou que oito em cada dez acidentes de trabalho ocorrem com trabalhadores terceirizados e que, entre 1995 e 2018, 81% das causas de óbitos por acidente de trabalho ocorreram com trabalhadores terceirizados.³⁴

O trabalhador terceirizado submetido a essa cadeia de contratos tornam-se mais vulneráveis do que o trabalhador não terceirizado, pois além do controle de garantia à saúde e segurança do trabalhador que é mencionada pela doutrina, é também confirmada pelas estatísticas pelo número expressivo de mortes muito maior quando comparado aos trabalhadores não terceirizados, que são melhores gerenciados por seus empregadores.

³² DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

³³ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

³⁴ CONTRAF *apud* DIEESE. **Terceirizados são as maiores vítimas de acidentes de trabalho**. São Paulo, 2018. Disponível em < <http://www.contrafcut.org.br/noticias/terceirizados-sao-as-maiores-vitimas-de-acidentes-de-trabalho-c449>>. Acesso em 22 nov. 2018.

A tentativa de driblar as normas jurídicas de inclusão de pessoas humanas às normas jurídicas de inclusão de pessoas vulneráveis, tais como, pessoas com deficiência, trabalhadores em reabilitação previdenciária e aprendizes, se dá com a pulverização dos vínculos empregatícios em várias empresas, porque, para Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado, torna muito mais difícil e complexa a incidência e efetividade das normas inclusivas, por colocar muitos dos trabalhadores em empresas com modesto número de trabalhadores, em que a legislação acaba não obrigando certas inclusões de vulneráveis, como no art. 93 da Lei 8.213/91, por exemplo.³⁵

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

A manifesta **exacerbação da duração do trabalho** em todo o mercado laborativo ocorre pela flexibilização das normas jurídicas no que tange jornada e aos intervalos, prejudicando a saúde, o bem estar e a segurança do trabalhador, comprometendo também a relação familiar, comunitária e cívica do mesmo, que são inerentes a qualquer ser humano, e o combate ao desemprego, por desestimular a criação de novos postos de trabalho.³⁶

Neste aspecto o autor aborda os impactos diretos à saúde e a segurança do trabalhador que fica comprometida com jornadas exaustivas de trabalho que a nova lei acaba por romper com alguns limites que possuíam o objetivo de proteger o obreiro. Além de afetar a saúde, devido a necessidade de descanso para o organismo se manter saudável fisicamente e mentalmente, o cansaço também afeta o trabalhador aumentando a probabilidade de ocorrer os acidentes de trabalho.

³⁵ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

³⁶ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

Por fim, esse doutrinador trás a **descaracterização da natureza salarial de parcelas pagas ao empregado** na relação de emprego, que agride a dispositivos constitucionais, como o art. 7º, *caput*, e incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e X. Segundo Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado, tal impacto gera comprometimento na renda do trabalhador e consequentemente mais concentração de renda na mão de poucos, gerando mais desigualdades sociais e, por consequência, menor arrecadação previdenciária e tributária por parte do Estado.³⁷

4.3. O acesso à justiça na reforma trabalhista de 2017

Entendendo que a proteção ao trabalhador é um princípio basilar e norteador, não só de todos os princípios de Direito do Trabalho, como também de todo ordenamento jurídico no que tange as relações trabalhistas, a mesma também deve abarcar o acesso ao trabalhador à Justiça do Trabalho, que vem sendo um órgão estatal fundamental garantidor dos direitos básicos da classe trabalhadora frente aos grandes números de casos de desrespeito aos mesmos.

Inibir o indivíduo à busca efetiva de seus direitos, para Ingo Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, “é esvaziar não só o direito à tutela jurisdicional (plano do direito processual), mas também o próprio direito material, isto é, o direito à tutela do direito (plano material)”. Posto isto, concluem que “o direito à tutela jurisdicional constitui direito à “proteção jurídica efetiva””.³⁸

A Justiça do Trabalho deve estar inserida em um contexto de proteção do trabalhador também nas normas de Direito Processual do Trabalho para que possa, de forma mais eficiente, dar acesso à justiça aos obreiros, porque da mesma forma que no direito material deve haver mecanismos que tentem garantir uma menor disparidade de forças entre as partes da relação de trabalho, no direito processual as partes litigantes também devem estar em equilíbrio para litigar.

³⁷ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

³⁸ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. P. 877.

Segundo Ingo Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, “o processo só pode ser considerado justo se as partes dispõem das mesmas oportunidades e dos mesmos meios para dele participar”.³⁹

A efetivação da equidade de oportunidades em âmbito processual trabalhista, para Mauro Schiavi, é de função do juiz, como gerenciador do processo, assegurar que o litigante mais fraco não seja entorpecido pelo mais forte.⁴⁰

Dentro do entendimento dos autores supramencionados, conjuntamente com a principiologia protetiva do trabalhador em âmbito processual, extraímos o entendimento de que o trabalhador (parte mais vulnerável) deve ser tratado com maior proteção pelo juiz, na forma de sua desigualdade, para que o obreiro possa litigar de forma equitativa com o poder patronal (parte mais forte) com a finalidade de melhor acessar a justiça e, por consequência, seus direitos, sobretudo, os de natureza alimentar.

No entanto, para adentrarmos às discussões sobre as barreiras que o trabalhador tende a enfrentar para acessar à justiça, devemos entender quais obstáculos possíveis que um potencial demandante possa vir a enfrentar.

A ilustre doutrina de Mauro Cappelletti e Bryan Garth apontam três principais obstáculos ao acesso à justiça: as custas judiciais, as possibilidades das partes e os problemas especiais dos interesses difusos.⁴¹

O primeiro citado (custas judiciais) se caracteriza pelo custo econômico de pleitear em juízo os direitos, que é demasiadamente alto, especialmente aos hipossuficientes financeiramente. Além disso, a situação se agrava conforme a garantia de procedência, já que a parte sucumbente deve arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios da parte vencedora, bem como os honorários do advogado contratado. Outrossim, observa-se que as causas de menor valor são mais afetadas por esse obstáculo, pelo fato de, muitas vezes, o custo de demandar perante o Judiciário pode

³⁹ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. P. 888

⁴⁰ SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 8ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

⁴¹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

ser maior do que aquilo que se receberá ao final, inutilizando a ação. Outro fato que aumenta as despesas de uma ação é o tempo, já que a demora na resolução do litígio faz com que a parte que tenha sua situação financeira reduzida desista da demanda ou aceite acordos por valores ínfimos.⁴²

O segundo problema enfrentado pela parte diz respeito às possibilidades, não apenas econômica, como também educacionais, culturais, jurídicas e sociais. Logo, alguns litigantes auferem vantagem em relação a outros, porque alguém que possua mais recursos econômicos tem maior probabilidade de alcançar um resultado favorável, como, por exemplo, contratar advogados mais capacitados ou mais especializados. Já no âmbito educacional, possui maior condição de identificar lesões a seus direitos, bem como métodos de reivindicá-los. Ressaltam os autores também quanto aos litigantes eventuais e habituais, sendo que o último, por ter maior vivência nas lides e tendo um contato maior com o Direito, possuem maiores condições de criar estratégias e criar relações mais informais com os magistrados.⁴³

O terceiro obstáculo citado diz respeito aos problemas especiais dos direitos difusos, já que a efetivação dos direitos difusos é mais complexa do que dos direitos individuais. Outro problema enfrentado ainda nesse âmbito é que, comumente, os indivíduos não conseguem com facilidade identificar o direito de outros como seu também, além de não saber como fazer para reivindicar direitos difusos.⁴⁴

Também, no terceiro obstáculo, pode ser identificada a dificuldade da sociedade ou grupos específicos em se organizar para que se faça valer seus direitos e, para o indivíduo, tal pleito pode não parecer que seja economicamente atraente.⁴⁵

Trazendo a realidade discutida por Mauro Cappelletti e Bryant Garth para a Justiça do Trabalho, podemos analisar as iniquidades sociais acima explanadas e observar, de uma forma geral, que as mesmas são muito mais acentuadas por se tratarem de litígios entre o poder vulnerável operário e o poder robusto patronal.

⁴² CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

⁴³ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

⁴⁴ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

⁴⁵ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

Dentro da primeira esfera, observamos que o empregador, por ser detentor da concentração de renda em seu poder, tem maiores condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios. O empregado se vê, portanto, na grande maioria das vezes frágil e com condições inferiores díspares econômicas para conseguir litigar com seu empregador, que pode muitas vezes pagar por uma advocacia de melhor qualidade ou, muitas vezes, contar com um setor jurídico bem estruturado e especializado dentro da empresa.

Além disso, a Defensoria Pública não assiste empregados que queiram litigar com seus empregadores, bem como muitos trabalhadores não conseguem a assistência judiciária gratuita de sindicatos por não possuírem a representação dos mesmos, restando apenas: recorrer a advogados particulares que cobrarão seus honorários ao final da demanda com o recebimento dos créditos trabalhistas; a litigar sozinho com seu *jus postulandi* em primeira instância ou; até mesmo, aceitar acordos de valores muito abaixo do seu crédito devido ao custo processual (temporal ou financeiro).

Já no âmbito da segunda esfera, podemos analisar, na grande maioria, além do maior acesso à renda, a posição de maiores níveis educacionais, culturais, jurídicos e sociais dos empregadores que possuem maior vantagem e poder no conflito de interesses. Estes podem, muitas vezes, criar estratégias para que possam se apropriar indebitamente de créditos trabalhistas sem mesmo que o empregado tenha condições para perceber ou provar tal ilicitude.

Além disso, os empregadores de grande porte, que possuem grande estrutura de defesa jurídica dentro da empresa, em muitos casos, já foram demandados pelos mesmos objetos, estando mais experientes do que os seus empregados dentro de um processo judicial.

Enfim, na terceira esfera, podemos destacar o entendimento de Danilo Teixeira, baseado nos ensinamentos de Mauro Vasni Paroski, que a problemática trazida nesta esfera por Mauro Cappelletti e Bryant Garth, dentro da Justiça do Trabalho, é devido a

escassa atuação sindical, que é o “legitimado ativo para ajuizar ações coletivas em defesa dos direitos trabalhistas”.⁴⁶

“Tal barreira, no âmbito trabalhista, também se manifesta, principalmente em razão da atuação ainda escassa dos sindicatos, legitimado ativo para ajuizar ações coletivas em defesa dos direitos trabalhistas. Essa escassez é reflexo de alguns fatores presentes em nossa realidade: a existência de poucos sindicatos, a dificuldade de acesso daqueles que se encontram em localidades distantes de sedes ou subsedes de sindicatos, a grande falta de conhecimento a respeito dos benefícios da provocação de uma ação por parte das entidades sindicais, a minguada cultura sindical brasileira disseminada na sociedade”⁴⁷

Danilo Teixeira considera também que o Ministério Público do Trabalho (MPT) é o maior responsável pela tutela dos direitos trabalhistas difusos e coletivos, contudo entende que a instituição não é capaz de absorver todas as demandas existentes com a quantidade de membros existentes, sendo insuficiente no combate a vulnerabilidade do trabalhador, tornando mais difícil também seu acesso à justiça.⁴⁸

Diante de tantos fatores que geram grandes disparidades socioeconômicas entre a classe operária e poder patronal é de muita injustiça entendermos que o processo trabalhista deva ser regulado por regras de tratamento paritário entre as partes. Logo, não é suficiente para o acesso das partes, sobretudo, do trabalhador, o regramento imposto pelo Código de Processo Civil, exigindo do nosso ordenamento jurídico um ramo especializado e uma justiça também especializada a fim de resolver os conflitos laborais. Por isso, a importância da existência da Justiça do Trabalho ser regida pelas regras do Direito Processual do Trabalho e as relações laborais serem regidas pelo Direito Material do Trabalho.

A existência desse ramo individualizado dentro do Poder Judiciário e de normas singularizadas norteadas pelos princípios constitucionais do Direito material e processual do trabalho tem se mostrado cada vez mais essencial dentro da nossa sociedade, pois devem dar a proteção necessária ao trabalhador para que possa estar em menor

⁴⁶ TEIXEIRA, Danilo Oliveira Lima. **O acesso à justiça no âmbito trabalhista**. Aracajú: 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62974/o-acesso-a-justica-no-ambito-trabalhista>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

⁴⁷ TEIXEIRA, Danilo Oliveira Lima. **O acesso à justiça no âmbito trabalhista**. Aracajú: 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62974/o-acesso-a-justica-no-ambito-trabalhista>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

⁴⁸ TEIXEIRA, Danilo Oliveira Lima. **O acesso à justiça no âmbito trabalhista**. Aracajú: 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62974/o-acesso-a-justica-no-ambito-trabalhista>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

desigualdade com seus empregadores para se conquistar com mais efetividade o acesso à justiça.

De acordo Igor Sousa Gonçalves e Camila Diniz de Freitas, ao sancionar a Lei 13.467/2017, “o presidente da República utilizou expressões como “aperfeiçoamento extraordinário”, “adaptação ao século XXI” e “modernização trabalhista” para se referir à reforma e seus efeitos nas relações de trabalho no Brasil”. Para esses supostos objetivos, a Reforma Trabalhista trouxe algumas mudanças, dentre muitas, na legislação processual trabalhista no que tange ao acesso à justiça.⁴⁹

Dentro dessas alterações, os dois autores acima citam alguns exemplos: alteração dos requisitos para concessão do benefício da justiça gratuita; pagamento de honorários periciais; pagamento de custas na hipótese de arquivamento decorrente da ausência do trabalhador em audiência inicial; implementação do modelo de quitação anual do contrato de trabalho; e a possibilidade de inserção de cláusula contratual de arbitragem para determinados empregados.⁵⁰

As alterações citadas acima se relacionam ao princípio constitucional de amplo acesso ao Poder Judiciário e, algumas delas, serão tratadas no capítulo posterior quando abordarmos a ADI 5.766. Estas já trazem um impacto na sociedade, pois tem se mostrado uma barreira no ingresso à Justiça para o pleito das verbas trabalhistas ou dos danos materiais e morais causados pelo empregador.

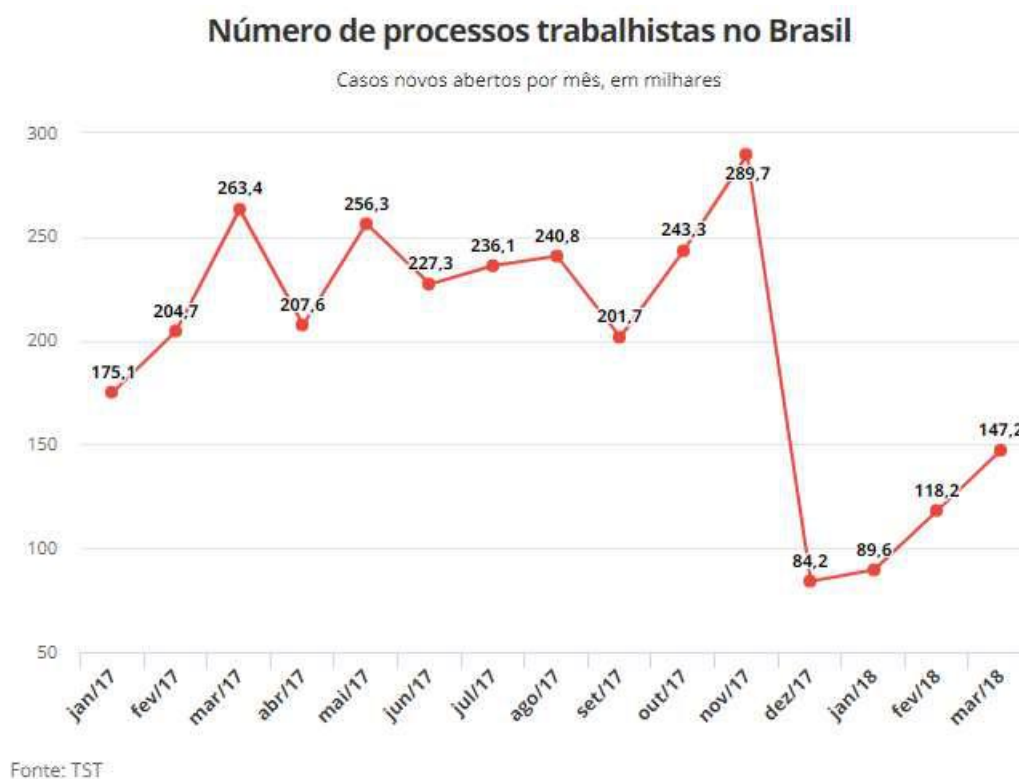
Em relação à Reforma Trabalhista com um todo, Rodrigo de Lacerda Carelli entende que os dispositivos criados possuem algumas pretensões, dentre elas, a de inibir ações trabalhistas, com a possibilidade de cobrança de honorários advocatícios e periciais dos trabalhadores e diversas restrições ao acesso à justiça. Ele se posiciona ainda no

⁴⁹ GONÇALVES, Igor Sousa; FREITAS, Camila Diniz de. **A Reforma Trabalhista e o Direito Processual do Trabalho: retrocessos e violações ao direito constitucional de acesso à justiça**. Brasília. Escola Superior do Ministério Público da União, 2017. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-50-julho-dezembro-2017/a-reforma-trabalhista-e-o-direito-processual-do-trabalho-retrocessos-e-violacoes-ao-direito-constitucional-de-acesso-a-justica>>. Acesso em 24 nov. 2018.

⁵⁰ GONÇALVES, Igor Sousa; FREITAS, Camila Diniz de. **A Reforma Trabalhista e o Direito Processual do Trabalho: retrocessos e violações ao direito constitucional de acesso à justiça**. Brasília. Escola Superior do Ministério Público da União, 2017. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-50-julho-dezembro-2017/a-reforma-trabalhista-e-o-direito-processual-do-trabalho-retrocessos-e-violacoes-ao-direito-constitucional-de-acesso-a-justica>>. Acesso em 24 nov. 2018.

sentido de que a mesma possui o objetivo de consequencial de extinguir a Justiça do Trabalho.⁵¹

Segundo o próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST), o número de ações trabalhistas novas na Justiça do Trabalho teve uma enorme queda. Foram ajuizadas 643.404 demandas no primeiro trimestre de 2017. Já no primeiro trimestre de 2018, quando a Reforma Trabalhista já estava em vigor, foram 355.178 novos processos, que representa, comparativamente, uma queda de 44,79%.⁵²



Em relação ao número de pedidos, também houve uma queda expressiva porque, no primeiro trimestre de 2017 passaram de 3,9 milhões para 1,6 milhão nos três primeiros

⁵¹ CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **O princípio da proteção em xeque**. Rev. TST. Vol. 83, 2017. Disponível em: <<https://rodrigocarelli.org/2018/10/31/o-principio-da-protecao-em-xeque/>>. Acesso em 26 nov. 2018.

⁵² TST *apud* LAPORTA, Taís. **Após reforma, número de novas ações trabalhistas cai quase 45% no 1º trimestre**. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/apos-reforma-numero-de-novas-acoes-trabalhistas-cai-quase-45-no-1-trimestre.ghtml>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

meses do ano. A queda de pedidos de danos morais foi responsável por uma grande parte desses números.⁵³

Possivelmente, o aumento no último semestre de 2017 de ações trabalhistas pode ter ocorrido pelo medo dos advogados e dos reclamantes em ingressar com uma demanda com uma legislação trabalhista que pudesse impedir ou dificultar o recebimento das indenizações frutos das inadimplências dos empregadores e/ou pelos danos causados aos empregados. Essa temeridade pode se confirmar na expressiva queda das reclamações trabalhistas justamente logo após o início da vigência da nova lei.

Os medos e as desistências dos demandantes que possuem direitos suprimidos pelos seus patrões expressam uma barreira para a classe trabalhadora acessar a justiça. Diante disso, surgem várias críticas institucionais, doutrinárias e de vários outros operadores do Direito que debatem a constitucionalidade dos dispositivos que trazem novos ônus que fazem o trabalhador repensar em buscar as suas verbas, de natureza alimentar, fundamentais para a manutenção da vida.

Por isso, algumas demandas de impugnação da constitucionalidade de vários dispositivos da Reforma Trabalhista foram ajuizadas no Supremo Tribunal Federal, como a ADI 5.766, cuja parte autora é a Procuradoria Geral da República.

5. O DEBATE SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA E A REFORMA DE 2017: A ADI 5.766

A ADI de nº 5766, foi relatada pelo Ministro Luís Roberto Barroso, cuja a parte a autora é a Procuradoria Geral da República (PGR) e os interessados são o Presidente da República e o Congresso Nacional. Além disso, atuaram como *amicus curiae* a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral de Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

⁵³ TST *apud* LAPORTA, Taís. **Após reforma, número de novas ações trabalhistas cai quase 45% no 1º trimestre**. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/apos-reforma-numero-de-novas-acoes-trabalhistas-cai-quase-45-no-1-trimestre.ghtml>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

A ação tem por objeto as alterações da Reforma Trabalhista no que tange a: cobrança de honorários de advogado e de honorários periciais em caso de sucumbência; a utilização de créditos havidos em outros processos para fazer face a tais honorários; e a cobrança de custas judiciais aos empregados que derem causa ao arquivamento de suas ações por não comparecimento injustificável a audiência.

O Procurador Geral da República requereu ao STF que julgasse inconstitucionais os seguintes pedidos:

- a) da expressão “ainda que beneficiária da justiça gratuita”, inserida no caput, e do § 4º do art. 790-B da CLT;
- b) da expressão “desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa,” no § 4º do art. 791-A da CLT;
- c) da expressão “ainda que beneficiário da justiça gratuita,” no § 2º do art. 844 da CLT.⁵⁴

5.1. Posições da doutrina

Os artigos impugnados pela Procuradoria Geral da República, na ADI 5.766 são objetos de profundas discussões. Na maioria dos casos, a doutrina já se mostra preocupada com desconsideração da vulnerabilidade do trabalhador que é presumida em âmbito material e processual no ramo justrabalhista, trazendo alguns posicionamentos, conforme serão explanados a seguir.

Sobre o **art. 790-B, §4º da CLT**, a nova redação mantém a obrigatoriedade de pagamento de honorários periciais pela parte sucumbente. Entretanto, impõe que “somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa” pelo pagamento desses honorários, mesmo que em outro processo, a União irá assumir esse ônus.

Isso significa que somente se os créditos trabalhistas do reclamante forem insuficientes no processo em que se realiza a perícia ou em outro processo na Justiça do

⁵⁴ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Petição Inicial da ADI 5.766**. STF, 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadordpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5250582>>. Acesso em 25.11.2018. p.71-72

Trabalho o qual se tenha outras verbas trabalhistas, caso este venha a ser sucumbente, ele ficará desincumbido desse ônus.

Parte da doutrina se mostra omissa quanto à constitucionalidade dessa norma, mas algumas mostram os impactos positivos que a alteração trouxe. Contudo, há aqueles que entendem que a mudança trás muito mais um retrocesso ao acesso amplo ao Judiciário do que avanços em âmbito processual.

Homero Batista Mateus da Silva afirma que houve um abuso postulatório no que tange aos pedidos de adicional de insalubridade, adicional de periculosidade e pedidos derivados de doenças ocupacionais. Segundo ele, ocorrências gravíssimas foram misturadas com requerimentos inconsequentes, como por exemplo, insalubridade por contato com sabão de coco ou com outros produtos que são altamente diluídos e disponíveis em supermercados.⁵⁵

O autor alega inclusive o encaminhamento de discussões de doenças hereditárias, degenerativas ou epidemias para discutir na seara trabalhista, concluindo ser uma banalização dos temas.⁵⁶

Todavia, este doutrinador reconhece que a aprovação da Reforma Trabalhista às pressas fez com que esse dispositivo tivesse consequências graves ao trabalhador, como uma imposição para dificultar o acesso ao Judiciário por conta do encargo pericial estipulado pela nova lei. Ao invés do legislador trazer medidas alternativas, como a formação de corpo próprio de peritos fixos concursados ou a implantação de espaços próprios para a realização da perícia, como ocorre em alguns Tribunais de Justiça Estadual e na Justiça Federal, trouxe mais um encargo para a parte mais vulnerável dessa relação de direito material e processual: o trabalhador.⁵⁷

⁵⁵ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

⁵⁶ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

⁵⁷ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

Estas vias alternativas que poderiam ser trazidas pelo legislador também é o entendimento de Mauro Schiavi, afirmando que o ideal seria que a Justiça do Trabalho “tivesse peritos concursados e remunerados pelo Estado, a fim de dar maior credibilidade à prova pericial e evitar toda as vicissitudes decorrentes do pagamento dos honorários periciais”.⁵⁸

Para Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado, a alteração do art. 790-B, §4º da CLT, deixa patente a desconsideração ao direito e garantia constitucional da justiça gratuita (art. 5º, LXXIV, CF). Ignora também as proteções e prioridades às verbas trabalhistas, que são de natureza alimentar, comprometendo-as a custos emergentes do processo.⁵⁹

Quanto ao **art. 791-A da CLT**, foi um dispositivo novo trazido pela Reforma Trabalhista que inaugurou os honorários advocatícios de sucumbência ao processo do trabalho.

O §4º deste artigo também trás, assim como a regra anteriormente analisada, também obriga a parte vencida ao pagamento de honorários de sucumbência com os créditos obtidos, mesmo que em outro processo. Contudo, nesse caso, essa obrigação fica suspensa de exigibilidade e somente poderá ser executada se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão, o credor demonstrar provar que a situação de insuficiência financeira do devedor deixou de existir. Passado esse prazo, extingue-se a obrigação.

Homero Batista classifica o advento do novo dispositivo como um retrocesso, porque trazer a nova regra para o processo do trabalho é o mesmo que sustentar a assimilação do Direito do Trabalho ao Direito Civil. A proteção ao trabalhador norteadora do ramo justrabalhista foi ignorada, pois gerou um afastamento do princípio da gratuidade e da facilitação do acesso à justiça.⁶⁰

⁵⁸ SCHIAVI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho aspectos processuais da Lei n. 13.467/17**. 1. ed. São Paulo : LTr Editora, 2017. p. 82

⁵⁹ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

⁶⁰ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

Para Mauro Schiavi, a CLT, ao trazer a novidade dos honorários advocatícios sucumbenciais mitiga o protecionismo ao trabalhador que o Direito Processual do Trabalho deveria dar para garantir o acesso a justiça ao mesmo. O autor diz ainda que a sucumbência recíproca é um entrave muito maior “pois altera, em muito, o protecionismo processual que é um dos pilares de sustentação do processo trabalhista e, pode em muitos casos inviabilizar ou ser um fator inibitório do acesso à justiça da parte economicamente fraca”.⁶¹

“Imagine-se, por exemplo, um trabalhador que ingressa na Justiça do Trabalho por ter adquirido doença que lhe causou perda laboral total. Segundo ele e a opinião de seu médico particular a incapacidade tinha nexos com a execução do seu trabalho. Após intenso debate, produção de prova documental, testemunhal e pericial o juiz acolhe o pedido e defere indenização por dano moral de R\$ 30.000,00, mais pensionamento equivalente a R\$ 170.000,00, e honorários advocatícios de 10%. Além disso, o Reclamante também ganha R\$ 10.000,00 referente a diferenças salariais de equiparação salarial. O Reclamado recorre e, por maioria de votos, a Turma reforma a decisão. Julga improcedente o pedido acidentário e mantém o da equiparação. Ora, neste caso, mesmo com o êxito no pedido de diferenças salariais, o trabalhador terá um saldo negativo em seu processo. Apesar de ganhar R\$ 11.000,00 (R\$ 10.000,00 + 10% de honorários), terá que pagar R\$ 20.000,00 ao Reclamado relativo aos honorários de sucumbência do pleito reformado (10% sobre: R\$ 170.000,00 + R\$ 30.000,00). Moral da história, o trabalhador ganhou equiparação e mesmo assim sairá devendo R\$ 9.000,00 para a empresa”.⁶²

Diante do exemplo que poderá se repetir em várias demandas judiciais, Mauro Schiavi entende que o Poder Judiciário deverá olhar para esse novo dispositivo com muita cautela para que o direito ao acesso à justiça do trabalhador não seja suprimido pela cobrança de honorários sucumbenciais.⁶³

Por fim, o **art. 844, § 2º da CLT**, também trazido pela Reforma Trabalhista e impugnado pela ADI 5.766, expressa que, mesmo se for beneficiário de justiça gratuita, o reclamante que não estiver presente em audiência inaugural terá sua ação arquivada, conforme regra anterior, contudo agora, caso não comprove em até quinze dias que sua ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, deverá pagar custas processuais

⁶¹ SCHIABI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho aspectos processuais da Lei n. 13.467/17**. 1. ed. São Paulo : LTr Editora, 2017. p. 85

⁶² DALLEGRAVE NETO, José Afonso *apud* SCHIABI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho aspectos processuais da Lei n. 13.467/17**. 1. ed. São Paulo : LTr Editora, 2017. p. 85

⁶³ SCHIABI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho aspectos processuais da Lei n. 13.467/17**. 1. ed. São Paulo : LTr Editora, 2017.

calculadas na forma do art. 789 da CLT. O §3º complementa, ainda, que o pagamento da mesma é a condição para ingressar uma nova ação.

Homero Batista sugere que, diante da ausência da lei em dizer quais são os motivos justificáveis, seja utilizado como colmatação de lacuna a analogia com o art. 473 da CLT que trás os motivos para abonos de faltas nos contratos de trabalho.⁶⁴

O autor mencionado acima também entende que as custas, nesse dispositivo, possuem um caráter punitivo ou indenizatório, sendo ignorado a análise de pobreza do trabalhador, como deveria ocorrer na justiça gratuita.⁶⁵

Para Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado, a cobrança de custas mencionada no art. 844, §2º da CLT consiste em uma punição ao beneficiário da justiça gratuita. Essa medida é manifestamente contrária à Constituição, por ferir o art. 5º, LXXIV, da CF/88, que assegura "assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"⁶⁶

Não pode a lei contrariar ou excluir direito e garantia fundamental assegurado pela Carta Magna, logo, entende ser o novo dispositivo supramencionado como inconstitucional na parte em que expressa “ainda que beneficiário da justiça gratuita”.⁶⁷

“A interpretação lógico-racional, sistemática e teleológica do novo § 2º do art. 844 da CLT conduz à conclusão de que o dispositivo atinge, sim, todos os reclamantes injustificadamente faltosos à audiência inaugural, salvo aqueles que o Poder Judiciário declarar serem beneficiários da justiça gratuita (art. 5º, LXXIV, CF)”.⁶⁸

O mesmo entendimento deve ser aplicado ao § 3º do mesmo artigo, pois a restrição imposta para propor nova ação atinge o beneficiário da justiça gratuita. Logo, este

⁶⁴ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

⁶⁵ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

⁶⁶ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

⁶⁷ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

⁶⁸ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017. p. 345

dispositivo também é inconstitucional por contrariar o art. 5º, LXXIV da Constituição, na visão de Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado.⁶⁹

Vólia Bomfim Cassar e Leonardo Dias Borges, também se posicionam no sentido de que os §§ 2º e 3º do art. 844 da CLT são inconstitucionais, devido a serem normas incompatíveis com o direito fundamental do art. 5º, LXXIV, CF.⁷⁰

Na mesma linha de todos os doutrinadores acima, Mauro Schiavi também é da opinião de que os §§ 2º e 3º do art. 844 da CLT não são compatíveis com a Constituição Federal diante do art. 5º, LXXIV, CF.⁷¹

5.2. Discussão no Supremo Tribunal Federal

5.2.1. Posição da Procuradoria Geral da República

A Procuradoria Geral da República (PGR) sustenta que as alterações feitas nos arts. 791-A, §4º, 790-B, §4º e 844, §2º da CLT violam o direito de acesso ao Judiciário, o dever do Estado de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, o direito à igualdade e o princípio da proporcionalidade, a dignidade humana e o valor social do trabalho, os objetivos de construção de uma sociedade livre, justa, solidária e de redução das desigualdades sociais.⁷²

A procuradora geral da República, Raquel Dodge, fez sua sustentação oral entendendo que as normas impugnadas possibilitam que a totalidade dos créditos auferidos pelo trabalhador carente economicamente, ao final de sua demanda trabalhista, sejam automaticamente destinados aos pagamentos de custas e despesas processuais decorrentes de sua sucumbência em outros pedidos. Tal consequência da norma afronta,

⁶⁹ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

⁷⁰ CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à Reforma Trabalhista**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

⁷¹ SCHIAVI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho aspectos processuais da Lei n. 13.467/17**. 1. ed. São Paulo : LTr Editora, 2017.

⁷² DODGE, Raquel Elias Ferreira. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

no entendimento da PGR, a garantia de amplo acesso à jurisdição previstas no art. 5º, incisos XXXV e LXXIV, da Constituição Federal, que tratam, respectivamente, dos direitos à inafastabilidade da jurisdição e a assistência judiciária integral aos necessitados.⁷³

A PGR entende que a modificação veio na contramão dos movimentos democráticos, que consolidaram as garantias de amplo e igualitário acesso à justiça. Essas novas normas inviabilizam que o trabalhador economicamente desfavorecido assumas os ônus naturais da demanda trabalhista, impondo pagamentos de custas e despesas processuais de sucumbência com o uso dos créditos trabalhistas de natureza alimentar auferidos na própria ação judicial sem reserva de valores mínimos e indispensáveis ao sustento próprio e de sua família.⁷⁴

Para o procurador, os dispositivos impugnados afrontam a garantia fundamental do trabalhador, socialmente mais vulnerável, alvejando a tutela jurisdicional dos direitos econômicos e sociais trabalhistas, que integram o conteúdo mínimo existencial dos direitos fundamentais, na medida de sua indispensabilidade ao provimento ao atendimento das necessidades mínimas do trabalhador carente.⁷⁵

Segundo a parte autora, as normas impugnadas impõem maior restrição à gratuidade judiciária no âmbito da Justiça do Trabalho, comparativamente no âmbito da Justiça Comum. No art. 98, § 3º, do CPC, dispõe que o pagamento de custas e despesas de sucumbência devidas por demandante beneficiário de justiça gratuita deve ter sua exigibilidade suspensa por 5 anos, após o trânsito em julgado da decisão, cabendo ao credor, demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade, sem o que se extingue, ao final desse prazo, a

⁷³ DODGE, Raquel Elias Ferreira. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁷⁴ DODGE, Raquel Elias Ferreira. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁷⁵ DODGE, Raquel Elias Ferreira. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

referida obrigação. Logo, a regra contida na CLT após a Reforma Trabalhista é excessivamente mais severa e gravosa do que a regra do CPC.⁷⁶

A nova norma trabalhista impõe ao trabalhador que o pagamento das custas sucumbenciais e processuais sejam feitas de imediato, sempre que tiver êxito parcial, independentemente do valor auferido. Com isso, desconsidera-se a condição de pobreza que deve determinar a justiça gratuita, subtraindo do beneficiário, para o pagamento de despesas processuais, recursos econômicos indispensáveis ao sustento do reclamante e de sua família em violação da garantia do acesso à justiça.⁷⁷

A procuradoria também defendeu que o recurso da justiça gratuita trabalhista é o único meio que o trabalhador tem de conseguir, muitas vezes, o acesso à justiça, já que até a defensoria pública não é garantida para os mesmos, exceto, em casos de coibição de trabalho escravo.⁷⁸

5.2.2. Posição da Advocacia Geral da União

Em contrapartida, a Advocacia Geral da União (AGU) sustentou que a possibilidade do beneficiário da justiça gratuita realizar o pagamento de honorários periciais dependendo de determinadas circunstâncias, o pagamento de honorários sucumbenciais e o pagamento de custas quando não justificar a sua ausência em audiência inaugural possui fundamento no art. 5º, LXXIV da Constituição Federal, quando estabelece que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.⁷⁹

⁷⁶ DODGE, Raquel Elias Ferreira. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁷⁷ DODGE, Raquel Elias Ferreira. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁷⁸ DODGE, Raquel Elias Ferreira. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁷⁹ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Então, para a AGU, não resta dúvidas de que o Estado tem que prestar assistência jurídica integral e gratuita e assim o Estado faz através das defensorias públicas, das estruturas que são colocadas a disposição daqueles que necessitam dessa assistência jurídica. Mas o Poder Constituinte Originário não estabeleceu esse dever do Estado de forma indiscriminada, por isso, obrigou a comprovação da insuficiência de recursos.⁸⁰

A política pública distributiva do Estado para o acesso ao Poder Judiciário está sujeita ao Princípio da Escassez dos Recursos Públicos, justamente porque os recursos públicos são escassos. O legislador, portanto, buscou o equilíbrio entre o acesso ao direito fundamental de assistência gratuita e a própria manutenção do sistema de Justiça, evitando generalizações em relação ao conceito de carência financeira, desvirtuamento do sistema de assistência judiciária, distorções estimuladoras, inclusive, de litigâncias de má-fé, de deslealdade processual para que esses recursos possam ser alocados em favor daquele que de fato merece assistência do Estado.⁸¹

A AGU expôs também os motivos das alterações impugnadas pela PGR: o gozo indevido assistência judiciária por parte de alguns reclamantes em decisões que acabaram reconhecendo, por exemplo, assistência judiciária gratuita a empregados com salários em torno de R\$ 40.000,00 ao mês.⁸²

De acordo com a AGU, justamente para se trazer um equilíbrio nessa política, é que o legislativo inovou, buscando atender aquilo que era premissa e pressuposto implementado e pensado pelo próprio legislador constituinte originário. Ou seja, o fato de não se ter qualquer risco em relação a pagamento de honorários periciais e de sucumbência ou mesmo de custas, na verdade, esse modelo acabava por estimular o

⁸⁰ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁸¹ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁸² MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ajuizamento de reclamações trabalhistas indevidas sem o zelo e cuidado devido em relação ao próprio sistema de Justiça.⁸³

Esse cenário de utilização indevida, segundo a AGU, pode ser extraído, inclusive, dos relatórios do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que revelaram que no ano de 2016, em torno de 4 milhões de novas ações foram ajuizadas na Justiça do Trabalho e dessas, aproximadamente 750 mil não avançaram porque não tinham qualquer fundamento fático ou jurídico.⁸⁴

O TST informou em seus relatórios que um custo médio de um processo é de R\$ 4.752,00, o que gera para cada habitante da população brasileira, aproximadamente, de R\$ 85,16 por habitante ao ano.⁸⁵

A AGU defende que, com o advento da Reforma Trabalhista, atualizou-se o modelo de assistência jurídica no âmbito da Justiça do Trabalho. Trouxe também uma referência objetiva em relação a insuficiência de recursos, que entende que há uma carência financeira aquele que recebe até 40% do teto de benefício do Regime Geral de Previdência Social, que fica em torno de R\$ 2.258,00, que é maior do que o critério anterior que correspondia a dois salários mínimos, que hoje fica em torno de R\$ 1.908,00.⁸⁶

Quando o legislador alterou os dispositivos impugnados sobre o pagamento de honorários periciais, na opinião da AGU, respeitou o Princípio da Escassez dos Recursos Públicos. O mesmo trouxe ao magistrado a possibilidade de reavaliar a real condição atual financeira da parte que, caso tenha recebido crédito de outro processo, pode cessar a condição de hipossuficiência. Contudo, se não houver nenhum crédito do mesmo

⁸³ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁸⁴ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁸⁵ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁸⁶ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

processo ou de outro e continuar nas condições de hipossuficiência, a União continuará arcando com as despesas processuais.⁸⁷

No caso dos honorários sucumbenciais, sustentam que o regramento atual é mais benéfico do que o estabelecido no CPC, porque a CLT traz a obrigação de pagamento em um prazo de exigibilidade suspensiva de dois anos e o CPC de cinco anos. E o fundamento da inovação é também o pressuposto constitucional da suficiência de recursos que, agora, se restar aferido que no mesmo processo ou em outro processo o reclamante tenha recursos suficientes para arcar com esses honorários, ele passa a assumir a obrigação. Se decorrido os dois anos, o credor não demonstrou que a situação de carência financeira foi alterada, a obrigação estará extinta.⁸⁸

Em relação ao dispositivo que obriga o reclamante que não estiver presente em audiência, o mesmo poderá provar com motivo legalmente justificável a sua ausência para se isentar das custas em 15 dias.⁸⁹

5.2.3. Posição da Central Única dos Trabalhadores

Já o *amicus curiae* da Central Única dos Trabalhadores (CUT) se manifestou no sentido que os próprios números divulgados pelo TST é de que a maioria das ações trabalhistas versam sobre direitos básicos dos trabalhadores de verba alimentar.⁹⁰

⁸⁷ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁸⁸ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁸⁹ MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁹⁰ LOGUÉRCIO, José Eymard. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Destacou também que ninguém ingressa no Judiciário com a certeza de obter o êxito, já que se ingressa na Justiça pela dúvida e é a própria que dirá se o direito existe ou não.⁹¹

Ele sustentou que o recebimento das verbas trabalhistas no mesmo processo ou em outro processo, como horas extras, por exemplo, não muda a condição financeira do reclamante a ponto de dizer que seu status de hipossuficiência não mais existe podendo arcar com os custos do processo.⁹²

5.2.4. Posição da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

O *amicus curiae* da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Raphael Sodré Cittadino, defendeu que não há nenhuma de reavaliação do benefício a partir dos artigos atacados. Os dispositivos impugnados apontam que o beneficiário da justiça gratuita (reconhecidamente por lei e declarado nos autos pobre, no sentido da lei) deverá arcar com custas e honorários periciais e sucumbenciais, caso seja vencido integralmente ou parcialmente, caso haja créditos provenientes da mesma ação ou de outra.⁹³

A desconstituição do benefício da justiça gratuita é algo que era também amplamente permitido, como agora, com o advento da Reforma Trabalhista. O juiz pode, diante de um recebimento de um crédito vultuoso, entender que deixou a condição de pobreza e passaria então a ter que arcar com custas e honorários (periciais ou advocatícios). Para este *amicus curiae*, não é esse o objeto de controvérsia trazido por essa ADI, mas o pagamento de custas e honorários para pessoas pobres, no sentido da lei como, por exemplo, um trabalhador que recebe dois salários e terá retido um salário para arcar com esses custos.⁹⁴

⁹¹ LOGUÉRCIO, José Eymard. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁹² LOGUÉRCIO, José Eymard. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos**. STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁹³ CITTADINO, Raphael Sodré. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁹⁴ CITTADINO, Raphael Sodré. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Segundo ele, a nova lei é direcionada a desincentivar o trabalhador pobre a recorrer ao Judiciário. Esse fomento não pode ser recepcionado pela Constituição Federal, porque seria o mesmo que tratar o pobre como se rico fosse e, logo, uma flagrante violação ao princípio da isonomia consagrado no *caput* do art. 5º da CF.⁹⁵

5.2.5. Posição da Central dos Sindicatos Brasileiros

Para Luis Antônio Camargo Melo, *amicus curiae*, representando a Central dos Sindicatos Brasileiros, informou que a maior parte das demandas na Justiça do Trabalho não são de lides temerárias, mas de discussões que objetivam verbas resilitórias, que são meios de alimentação e sobrevivência do trabalhador. O Direito do Trabalho é um direito de proteção e não há a menor perspectiva de manutenção desse ramo se abandonarmos esse caráter.⁹⁶

5.2.6. Posição da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

De acordo com Alberto Pavie Ribeiro, *amicus curiae*, representando a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), trouxe o fato de que os juízes do trabalho estão perplexos de que, ao julgar uma demanda trabalhista, em que há uma sucumbência recíproca, ter de dar mais valia aos honorários de sucumbência do advogado do que a verba alimentar do trabalhador. A nova lei deu um privilégio aos honorários advocatícios dos reclamados porque o trabalhador terá que destinar parte de seus créditos a esses advogados.⁹⁷

O representante da associação acima destaca que o suposto objetivo de tentar coibir as ações descompromissadas parece que alcançou o trabalhador e não a litigância desproporcionada. Ele ainda questiona o fato de o trabalhador conhecer os seus direitos a

⁹⁵ CITTADINO, Raphael Sodré. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁹⁶ MELO, Luis Ant nio Camargo. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁹⁷ RIBEIRO, Alberto Pavie. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ponto de saber a amplitude daquilo que se pede perante a Justiça do Trabalho. O entendimento colocado foi que o remédio colocado pela Reforma Trabalhista para esse empregado é um veneno para o mesmo.⁹⁸

5.2.7. Posição da Confederação Nacional dos Transportes

No entendimento de Flávio Henrique Unes Pereira, representante da Confederação Nacional dos Transportes, falou-se muito em assistência judiciária gratuita nas discussões, mas que não se confunde com o que é tratado na ADI em questão, que são os benefícios da gratuidade em relação aos ônus processuais. Se for discutir a assistência judiciária gratuita e se entender que é um problema de Defensoria Pública, pode ser objeto de ação constitucional por omissão ou algum outro remédio cabível. Se dermos uma racionalidade maior aos gastos públicos, talvez tenhamos recursos para estruturar uma Defensoria Pública.⁹⁹

Ele defende, na questão objeto de discussão, é que o constituinte não deixou absolutamente solta o assunto da gratuidade, mas que a insuficiência deve ser comprovada, cabendo ao legislador estabelecer alguma baliza. O mesmo não manifesta que o trabalhador perde o benefício da justiça gratuita, mas que diante de um crédito reconhecido em juízo, que tem condição de suportar aquele gasto, é que deverá haver o pagamento.¹⁰⁰

Se toda vez que examinarmos uma norma, pensarmos numa situação limite, nenhuma norma poderá ser validada. Ele exemplifica tal situação com um fato hipotético de um trabalhador que recebe um crédito de R\$ 1.000,00 e que necessita de uma perícia de R\$ 500,00. Pela norma, ele deveria pagar os honorários periciais, mas caso ele esteja passando por uma circunstância pessoal que torne muito oneroso esse pagamento, ele

⁹⁸ RIBEIRO, Alberto Palvie. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁹⁹ PEREIRA, Flávio Henrique Unes. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹⁰⁰ PEREIRA, Flávio Henrique Unes. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

deverá demonstrar tal situação em Juízo para que essa obrigação de pagar não seja aplicada.¹⁰¹

Ele também trás a hipótese do reclamante que não comparece a audiência inaugural e o mesmo possui a necessidade de pagar as custas processuais para ajuizar uma nova ação. Nesse caso, e o advogado citado acima não entende como um desestímulo ao reclamante de acionar a Justiça do Trabalho, mas um desencorajamento ao autor irresponsável, já que o legislador ressalvou o caso de ausência por motivo legalmente justificável, que deve ser provado em juízo.¹⁰²

5.2.8. Posição da Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil

A Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil, representado pelo advogado Rudy Maia Ferraz, também foi parte como *amicus curiae* e defendeu que a legislação não pode retirar os riscos da demanda para o autor da ação. Para além disso, apenas confirmou a defesa da AGU.¹⁰³

5.2.9. Posição e voto do Ministro Luís Roberto Barroso

De acordo com o Ministro Luís Roberto Barroso, temos um sistema, anterior a esta lei, cuja a estrutura dava excessivos incentivos à litigância, em que existia chance de algum proveito e nenhum risco de perda, o que se faz é fomentar estatalmente a litigância fútil. Contudo, em caso de litigância que gere insucesso houver algum tipo de ônus, o indivíduo fará uma avaliação mais séria e responsável antes de ajuizar uma demanda.¹⁰⁴

¹⁰¹ PEREIRA, Flávio Henrique Unes. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹⁰² PEREIRA, Flávio Henrique Unes. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹⁰³ FERRAZ, Rudy Maia. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹⁰⁴ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Um processo judicial possui custos individuais (incorridos pelas partes) e os custos sociais (incorridos pela sociedade). Os custos individuais incluem honorários advocatícios, eventual pagamento da perícia e as custas processuais. Já os custos sociais incluem o custo da máquina judiciária e os problemas associados ao excesso de litigância.¹⁰⁵

Analisando os custos da máquina judiciária, apenas 11% do custeio da Justiça é recuperado mediante taxa judiciária, custas e emolumentos. Isso significa que quase 90% da atuação do Poder Judiciário são subsidiados pela sociedade. Governar é, portanto, administrar a alocação de recursos escassos. Então, o Estado tem o dever de administrar o nível de litigância para que o mesmo permaneça em níveis razoáveis porque isso interfere na quantidade de dinheiro que ele precisa investir no Judiciário.¹⁰⁶

Quanto ao excesso de litigância e suas consequências negativas, os custos não são apenas financeiros. O volume exponencial de processos tende a gerar também uma piora nos serviços prestados pela Justiça, acarretando congestionamento nos juízos e tribunais e perda de qualidade na prestação jurisdicional.¹⁰⁷

A sobreutilização da Justiça, portanto, prejudica, inclusive, os empregados porque a morosidade favorece os maus empregadores, que apostam na procrastinação e no litígio trabalhista. Em contrapartida, o litigante que tem razão e é correto acaba preferindo se abster de processar dada a incerteza e a demora e acabam, muitas vezes, fazendo acordo desvantajosos. Já o litigante aventureiro e o empregador desleal, se beneficiam cada um do seu modo de um sistema que funciona mal porque é sobrecarregado.¹⁰⁸

¹⁰⁵ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹⁰⁶ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹⁰⁷ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹⁰⁸ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Diante disso, ele entende que deve haver um filtro mínimo para a judicialização para se evitar uma Justiça mais morosa e ineficiente.¹⁰⁹

O primeiro dispositivo impugnado, art. 790-B, da CLT, segundo Barroso, se previu que nos honorários de perícia a parte sucumbente, mesmo que litigante da justiça gratuita, terá que pagar os honorários periciais, se tiver obtido nesse ou em outro processo créditos suficientes para arcar com esse ônus. Portanto, o trabalhador não pagará com o dinheiro que tem, mas com os valores que virá a receber de um processo.¹¹⁰

No dispositivo seguinte, a legislação previu o pagamento de honorários de advogado em caso de sucumbência. A parte vencida, ainda que beneficiária da justiça gratuita, não precisa pagar nada, salvo se, nos dois anos seguintes, ela deixar de ser hipossuficiente (exceto se nesse ou em outro processo receber créditos suficientes para arcar com esse ônus).¹¹¹

Diante desses dois entendimentos, o Ministro Barroso entendeu ser o dispositivo bastante razoável porque concilia o interesse individual do acesso a justiça, e do outro lado o interesse social do uso equilibrado do Poder Judiciário.¹¹²

Apesar do contexto trazido que considerou razoável, o ministro trouxe a necessidade da preservação das verbas alimentares e do mínimo existencial do trabalhador. Portanto, as cobranças sucumbenciais não podem incidir sobre valores imprescindíveis a subsistência do reclamante.¹¹³

¹⁰⁹ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹¹⁰ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹¹¹ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹¹² BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹¹³ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Para impedir, segundo ele, que isso aconteça, e fazendo-se a interpretação desses dispositivos conforme a Constituição, ele definiu dois critérios limitadores.¹¹⁴

O primeiro é que o valor dos honorários advocatícios e periciais, em caso de sucumbência, não pode exceder 30% do valor líquido dos créditos recebidos. Os outros 70% continuam com o reclamante. A razão para esse percentual é que o mesmo é utilizado na legislação previdenciária que prevê que: (1) nos casos de pagamento de benefícios além do devido (quando o INSS paga benefícios além do devido, tem o direito de ressarcir do segurado com desconto de 30%, e os outros 70% devem ser destinados ao segurado); (2) porque esse é o critério que a legislação utiliza como máximo para fins de desconto em caso de crédito consignado, ou seja, quem toma um empréstimo bancário e dá o salário ou a aposentadoria em garantia, o máximo que pode ser descontado destes é 30%, pois o restante é considerado verba alimentar.¹¹⁵

O segundo critério é que somente se deve pagar esses custos caso o reclamante receba valor superior a R\$ 5.645,89 (teto pago pelo benefício da previdência social), já que, se é possível um aposentado ou pensionista fazer face às suas necessidades pessoais tendo esse valor como máximo de benefício, o beneficiário da justiça gratuita, que tiver o mesmo valor assegurado, terá sua dignidade preservada.¹¹⁶

E, finalmente, o Ministro Barroso enfrentou a problemática que envolve o art. 844, § 2º da CLT. Entendeu que o dispositivo prevê que o reclamante que propôs uma ação e, na data da primeira audiência não compareceu, deverá justificar no prazo de quinze dias o motivo do não comparecimento. Se ele não justificar, ele deverá pagar as custas, que é uma condição para que ele proponha uma nova demanda.¹¹⁷

¹¹⁴ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹¹⁵ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹¹⁶ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹¹⁷ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Para discutir essa controvérsia, ele trouxe dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) que diz que, no ano de 2015, 22,6% das ações trabalhistas ajuizadas foram arquivadas pelo não comparecimento do reclamante a audiência ou pela inépcia da petição inicial, no caso de procedimento sumaríssimo.¹¹⁸

Logo, para coibir esse mecanismo que mobiliza a máquina judiciária em vão, que gera custos ao Estado e, conseqüentemente, para a sociedade, parece legítimo o que trás a lei: exigir que quem faltou apresente uma justificativa e, se não tiver uma justificativa e quiser demandar de novo, deve recolher as custas do processo cujo arquivamento deu causa.¹¹⁹

Tal inovação se volta contra o comportamento de maus advogados e contra um estilo de litigância de má-fé. Então, o ministro entendeu muito justa a alteração trazida pela nova lei.¹²⁰

5.2.10. Posição e voto do Ministro Luis Edson Fachin

Segundo o Ministro Fachin, os dispositivos impugnados padecem de inconstitucionalidade material porque impõe restrições inconstitucionais às garantias fundamentais e de assistência jurídica integral e gratuita e do acesso à justiça, afrontando os valores sociais do trabalho (art. 1º, IV, CF), pois um dos objetivos fundamentais da Constituição consiste em promover uma sociedade justa, livre e solidária (art. 3º, I, CF) e da erradicação da pobreza e da marginalização, bem como da redução das desigualdades (art. 3º, III, CF), além da afronta ao direito fundamental a isonomia (art. 5º, *caput*, CF).¹²¹

¹¹⁸ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹¹⁹ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹²⁰ BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹²¹ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Já o ministro Edson Fachin, o legislador olhou para os cofres públicos e a melhor prestação jurisdicional. Contudo, entendeu este ser um binômio sem causa e votou pela total inconstitucionalidade das normas levantadas pela PGR, dando total procedência.¹²²

Entendeu que as normas impugnadas pela PGR frustram direitos de pessoas necessitadas, além de ser dever do Estado a prestação jurisdicional e, logo, a gratuidade de justiça é pré-requisito para a democratização do acesso à mesma.¹²³

De acordo com ele, a jurisdição é muito cara e não deve ser a gratuidade de justiça afastada para não haver abusos de centralização de poder econômico.¹²⁴

Ressaltou ainda que o art. 8º da CIDH garante a gratuidade de justiça em âmbito internacional, sendo o Brasil, signatário desse tratado.¹²⁵

Além disso, a restrição à Justiça do Trabalho pode coibir a única via para conseguir garantir seus direitos trabalhistas. Com a alteração, poderá gerar desinteresse de demandar para reivindicar seus direitos por conta do receio de que, mesmo vencedores, retornem-lhes muito pouco do valor econômico devido.¹²⁶

Portanto, entendeu que é necessário restabelecer o direito amplo e integral acesso à justiça gratuita trabalhista, especialmente, pela plena impossibilidade do seu exercício por parte dos trabalhadores, é muito provável que esses cidadãos não reúnam as condições mínimas necessárias para reivindicar os seus direitos perante essa Justiça especializada.¹²⁷

¹²² FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹²³ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹²⁴ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹²⁵ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹²⁶ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹²⁷ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Assim, deve-se impor uma interpretação que garanta a máxima efetividade desse direito fundamental, sob pena de esvaziar-se, por meio de sucessivas restrições, ele próprio e todos os demais direitos por ele assegurados.¹²⁸

O que não está consentâneo com a Constituição são os dispositivos que autorizam o uso dos créditos trabalhistas ou de outra natureza obtidos em virtude de um processo, perante o Poder Judiciário, e que teria por si só condição de modificar a situação do reclamante. Isso porque ao impor o pagamento de despesas processuais, independentemente da perda e da condição de hipossuficiência econômica, a legislação impugnada afronta o próprio direito à gratuidade da justiça e, conseqüentemente, do acesso.¹²⁹

A mera existência de créditos judiciais obtidos em processos trabalhistas de outra natureza, não me parece situação para afastar a condição de pobreza em que se encontrava aparte autora. Isso afronta o seu direito fundamental à gratuidade de justiça.¹³⁰

O benefício da gratuidade não constitui isenção absoluta de custas e outras despesas, mas da desobrigação de pagá-las, enquanto perdurar o estado de hipossuficiência nos termos da lei e como inerentes prerrogativas a esse direito fundamental.¹³¹

É certo que não se pode impedir o trabalhador, ainda que negligente em outro processo trabalhista, quando comprovada a sua hipossuficiência econômica, de ajuizar outra demanda sem o pagamento das custas processuais, sob pena de afrontar o direito fundamental da gratuidade de justiça atrelado ao acesso à justiça. Esta última é entendida,

¹²⁸ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹²⁹ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹³⁰ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹³¹ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

pelo ministro, não admitir restrições relacionadas a conduta do trabalhador em outro processo, sob pena de esvaziamento do seu âmbito de proteção constitucional.¹³²

A gratuidade de justiça, no âmbito da justiça laboral, concretiza uma paridade de condições, possibilitando as partes em Juízo ter as chances minimamente similares de atuarem e estarem sujeitas a uma igualdade de situações processuais.¹³³

5.3. Visão Crítica

As inovações trazidas nos arts. 790-B, § 4º e 791-A, § 4º da CLT pode representar encargos excessivos ao reclamante, tendo em vista que a maioria das verbas pleiteadas na Justiça do Trabalho são de natureza alimentar, fundamental para a sobrevivência do trabalhador, como mostrado nos dados a abaixo.

De acordo com os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os cinco assuntos mais demandados na Justiça do Trabalho em 2017 versam sobre: rescisão do contrato / verbas rescisórias, que representam 5.847.967 ações; responsabilidade civil do empregador / indenização por dano moral, que representam 833.466 ações; remuneração, verbas indenizatórias e benefícios / salário / diferença salarial, que representam 636.148 ações; rescisão do contrato de trabalho / seguro desemprego, que representam 538.757 ações; remuneração, verbas indenizatórias e benefícios / adicional, que representam 375.092 ações.¹³⁴

¹³² FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹³³ FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

¹³⁴ CNJ. **Justiça em Números 2018: ano-base 2017**. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c32167.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2018



O TST também divulgou os dados que se referem ao número de novas ações em 2017 e ranqueou os cinco objetos das novas ações trabalhistas mais demandados entre elas, conforme segue na imagem a seguir.¹³⁵



¹³⁵ TST. **Relatório Analítico de 2017**. Brasília: TST, 2018. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/estatistica/noticias/-/asset_publisher/bR9D/content/conheca-o-relatorio-geral-da-justica-do-trabalho-2015>. Acesso em 28 nov. 2018

Diante de tais estatísticas, conseguimos perceber a imensidão das causas que levam os trabalhadores a procurar a Justiça do Trabalho que, como dito anteriormente, são na maioria verbas salariais e de natureza alimentar.

A apropriação indébita do empregador sobre as verbas trabalhistas do empregado já é uma onerosidade ao mesmo, que tem que esperar, muitas vezes, anos para conseguir receber por conta da morosidade da Justiça. Não seria justo a norma processual trabalhista obrigar o trabalhador a arcar com custos do processo ao qual o próprio empregador deu causa.

Quando um cidadão resolve ingressar com uma demanda no Judiciário, não deve ir com a certeza de que logrará em êxito total, justamente porque, muitas das vezes, há controvérsias sobre as matérias fáticas tratadas. Não é o reclamante que deverá ter a certeza do seu direito, tampouco a reclamada, mas sim, o juiz é quem dirá qual é o direito das partes.

Caso tenha o pedido, objeto de perícia, por exemplo, julgado como improcedente, pelo entendimento do magistrado, que pode ser diferente do entendimento das partes, pela nova lei, deverá arcar com esses honorários periciais.

Tal regra se mostra absurda, tendo em vista que uma indenização pelas verbas trabalhistas não pagas pelo empregador não deve ser objeto de destinação para pagamento desses honorários, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça. Tampouco, tais verbas advindas do mesmo processo ou de outro não mudam, em regra, a condição de hipossuficiência financeira do obreiro.

Tal dispositivo afronta o art. 5º, LXXIV, CF, que não põe restrições à prestação de assistência jurídica gratuita integral e gratuita para aqueles que comprovarem a sua hipossuficiência de recursos. Diante dessa condição, tendo o magistrado deferido a gratuidade de justiça, afirmar que o trabalhador deixou de ser hipossuficiente, depois que o trabalhador recebeu as verbas fruto de seu trabalho pelas vias judiciais, é o mesmo que negar o direito fundamental a gratuidade de justiça que o mesmo faz jus, bem como negar o direito de acesso à justiça garantido no inciso XXXV do art. 5º da Carta Republicana.

A disparidade de forças do trabalhador frente ao empregador é outro ponto fundamental que deve ser observado. Obrigar o reclamante a arcar com os custos de perícia e honorários de sucumbência é desconsiderar o princípio protetivo que deveria ser dado a ele, para que facilite o acesso à justiça que já é tão dificultado ao mesmo, ferindo o princípio da igualdade material expresso no *caput* do art. 5º da CF.

O Estado, que deveria garantir uma Defensoria Pública ao trabalhador, não o faz, deixando a cargo dos sindicatos que, muitas vezes, não abrange grande parte dos obreiros do país.

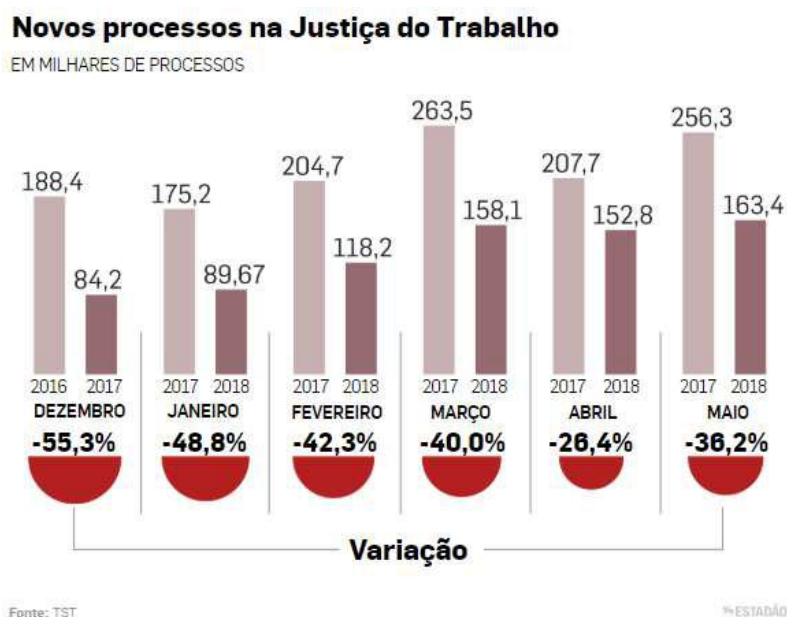
Segundo a Organização das Nações Unidas no Brasil, em análise de dados do IBGE, O percentual de trabalhadores sindicalizados foi de apenas 19,5% dos trabalhadores ocupados em 2015, no país.¹³⁶

Diante de tal dificuldade, o empregado pobre ou recorre ao seu direito ao *ius postulandi*, que já é prejudicado devido ao advento do processo eletrônico, diante da complexidade de entender como o Direito se opera e frente ao poder patronal que possui melhores condições sociais e econômicas de litigar. Esses fatores fazem com que a maioria recorra a advogados particulares que só serão remunerados após o recebimento dos créditos trabalhistas do reclamante.

Parte de seus créditos, muitas das vezes, já está destinado ao seu advogado contratado, que pode ser a única via de buscar seus direitos na Justiça. Somando tal onerosidade ao pagamento de honorários periciais fica ainda mais excessivo, podendo desestimular o empregado a reivindicar seus créditos diante dos ônus somados e, por consequência, incentivar o empregador a inadimplir com suas obrigações trabalhistas pela maior certeza de que não será cobrado e poderá enriquecer ilicitamente às custas dos seus funcionários. Tal consequência da lei é um ataque patente ao art. 5º, XXXV da CF.

¹³⁶ ONUBR. **Número de trabalhadores sindicalizados no Brasil atinge maior patamar desde 2004, segundo IBGE/OIT**. ONUBR: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-trabalhadores-sindicalizados-no-brasil-atinge-maior-patamar-desde-2004-segundo-ibgeoit/>>. Acesso em 28 nov. 2018.

Tal inibição já sofre reflexos após a aprovação da Reforma Trabalhista, que reproduz o medo dos reclamantes de buscar os seus direitos na Justiça. De acordo com os dados informados pelo TST, as quedas comparativas dos meses do ano passado para os mesmos meses desse ano ocorreram em alto grau, conforme demonstrado no gráfico a seguir.¹³⁷



O art. 7º, *caput*, da Constituição também é claro quando expressa que os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais estão descritos no rol do mesmo artigo, mas também enfatiza em sua parte final que há outros que devem visar a melhora de sua condição social.

Entendendo ser o acesso à justiça e a gratuidade judiciária direitos dos trabalhadores, não deve haver normas que visem a piora da condição social dos mesmos. Logo, se os arts. 790-B, §4º e 791-A, § 4º da CLT trazem impedimentos a gratuidade judiciária para demandantes hipossuficientes e, por consequência inibem o acesso a justiça, como explicado acima, tais dispositivos também ferem o *caput* do art. 7º da CF.

¹³⁷ TST *apud* ESTADÃO. Com seis meses de reforma, número de ações trabalhistas cai 40%. Estadão: São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-seis-meses-de-reforma-numero-de-aco-es-trabalhistas-cai-40,70002360827>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

Mesmo que tais medidas, como explica o Ministro Luís Roberto Barroso e a AGU, em seu voto, sejam necessárias devido a um suposto ônus maior da sociedade, não deve o Princípio da Supremacia do Interesse Público se sobrepor aos Direitos e Garantias Fundamentais devendo, a Administração Pública e o Poder Legislativo, propor soluções alternativas que não venham a trazer um retrocesso social e um ataque aos direitos individuais fundamentais dos cidadãos.

Contudo, respeitosamente, não podemos deixar de comentar sobre o exemplo trazido por Mauro Schiavi, que se mostra equivocado ao dizer que um trabalhador poderá, inclusive sair devendo ao término de uma ação trabalhista por conta de honorários sucumbenciais, tendo em vista que a nova lei é clara que a União arcará com o encargo, caso os créditos recebidos pelo reclamante sejam insuficientes. Exceto se ele estiver considerando a soma dos ganhos do mesmo processo com outro processo.

Mesmo assim, o pensamento de Mauro Schiavi tem parcela importante de razão porque, segundo a lei, os créditos capazes de suportar a despesa pode se encaixar todo o crédito de natureza alimentar recebido, por exemplo, o que se mostra extremamente oneroso e injusto ao trabalhador.

Diante de todas as razões explicadas acima, a PGR tem razão em sua petição inicial ao entender que a expressão “ainda que beneficiária da justiça gratuita”, inserida no caput, e o § 4 do art. 790-B da CLT, bem como a expressão “desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa,” no § 4 o do art. 791-A da CLT devam ser declaradas inconstitucionais.

Quanto ao art. 844, §2º, tem razão toda as posições doutrinárias citadas anteriormente (Maurício Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado, Vólia Bomfim Cassar, Leonardo Dias Borges, Mauro Schiavi e Homero Batista Mateus da Silva), que entendem a expressão “ainda que beneficiário da justiça gratuita” (também impugnada pela PGR) como inconstitucional, já que a cobrança de custas pode ser um impedimento ao trabalhador pobre de ingressar com uma nova demanda. Logo, é uma contradição manifesta ao art. 5º, LXXIV da CF e um ataque ao art. 5º, XXXV da CF.

Não deve o caráter punitivo dessa norma ser objeto de interdição ao trabalhador de ter a chance de acessar a justiça e buscar as suas verbas que foram inadimplidas pelo seu empregador. A mesma também não deve ser um meio do Estado economizar os gastos com o Poder Judiciário. Tal norma apenas desrespeitam os direitos fundamentais de acesso à justiça do reclamante e favorece que patrões enriqueçam ilicitamente às custas dos seus empregados.

6. CONCLUSÃO

Não é adequado afirmarmos que o trabalhador pode se relacionar em pé de igualdade com seu empregador, devido ao seu poderio econômico e social que estabelece uma distância muito grande. A relação de trabalho é uma relação de poder que requer um ramo específico do Direito para tutelar a dignidade humana da parte mais frágil da relação, o obreiro, através da tentativa de conceder, através do ordenamento jurídico, condições de diminuição cada vez mais efetivas das iniquidades socioeconômicas dos mesmos.

Uma das condições fundamentais para se cumprir os fins do Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho é o acesso à justiça, já positivados em nossa Constituição Federal. Contudo, apesar do nome “garantia fundamental”, o mesmo não é a certeza da garantia, pois, muitas das vezes, vemos as três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) embarreirando tal direito fundamental com manobras muitas das vezes perversas.

O Princípio da Proteção, que deveria ser norteador de todo o ramo justralhista, que é justificado pela vulnerabilidade da classe trabalhadora nessa relação de poder, que é o vínculo trabalhista, muita das vezes se mostra desconsiderado pelas três esferas de poderes estatais. O Executivo, muitas das vezes, realiza a gestão da Administração Pública dando cada vez mais força aos grandes empresários, o Legislativo cria regramentos cada vez mais benéficos ao poder patronal e o Judiciário acaba reproduzindo as injustiças quando nega o acesso à justiça do trabalhador.

A Justiça do Trabalho, como um órgão jurisdicional responsável em garantir a justiça, que deveria facilitar o acesso dos trabalhadores mais vulneráveis, obrigar os

empregadores a adimplir com as verbas trabalhistas da forma mais justa e mais célere possível, muita das vezes não o faz. Esse ramo especializado do direito, que só se justifica apenas porque o Direito Civil e Processual Civil se mostra insuficientes em tutelar os direitos fundamentais da parte mais fraca da relação laboral, acaba cada vez mais, com o trabalho atual do Legislativo e do Executivo, se mostra cada vez mais ameaçado, inclusive, de extinção.

Quando os juristas, muitas das vezes, busca nas normas do Direito Civil aplicabilidade mais benéfica do que no Direito do Trabalho, é uma forma de deslegitimar o mesmo. Sendo deslegitimado, não se justificaria a existência de um ramo especializado em regular as relações laborais, tampouco, uma justiça específica para a resolução de conflitos desses vínculos.

O enfraquecimento da proteção do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, através de regras que desconsideram a vulnerabilidade da parte contratual em condição de hipossuficiência, geram cada vez mais desigualdades e, por consequência, maiores problemas sociais. Sem a existência de um patamar mínimo regulador, a classe trabalhadora passa a concorrer entre si, aumentando progressivamente as desigualdades porque o mesmo passa a ser tratado como mercadoria, gerando, conseqüentemente, o *dumping social*.

A sociedade precisa do trabalho para sobreviver, e sem as condições mínimas fundamentais para que o vínculo entre a classe trabalhadora e poder patronal se relacionem de forma saudável, quem mais sofrerá com esses impactos diretamente são os obreiros. Como o empregado necessita do trabalho para sobreviver, ele não deixará suas atividades laborais porque não existe direitos mínimos, mas trabalhará cada vez mais conseguir se manter sua subsistência, mesmo que isso seja extremamente gravoso. Logo, trabalhar não é uma escolha, mas uma imposição social.

O exemplo patente do começo de mais aumentos de problemas sociais foi o advento da Reforma Trabalhista que prometeu o aumento de empregos, quando na verdade trouxe o efeito inverso, aumentando a taxa de desocupação no Brasil, além de estar trazendo um maior desafio ao acesso à justiça por parte dos trabalhadores.

A Reforma Trabalhista tem se mostrado uma inovação que deixou para o trabalhador o desafio maior de ter sua proteção garantida, devido a desconsideração de sua vulnerabilidade frente ao empregador. Tais problemáticas, que não são poucas, desafiam muitos juristas a como garantir o acesso à justiça diante de um movimento de desmonte cada vez mais progressivo e perverso.

Dentre alguns desses direitos de acesso à justiça, constam os de ingresso ao Judiciário, que também é um meio de acessar aquela. Alguns, objetos de impugnações de constitucionalidade, como é o caso da ADI 5.766 abordada em capítulo específico nesse trabalho.

O pagamento de honorários advocatícios e periciais, em caso de sucumbência, bem como o pagamento de custas como condição *sine qua non* para o ingresso de uma nova reclamação trabalhista, mesmo que o reclamante seja beneficiário da gratuidade de justiça são algumas dessas inovações perversas que somente possui um único objetivo: impedir o acesso à justiça do trabalhador, através da desconsideração da sua vulnerabilidade.

O bloqueio a tutela jurisdicional da classe obreira já se mostra uma realidade, tendo em vista as estatísticas mostradas após a vigência da Lei 13.467/2017. O número de novas demandas trabalhistas caíram drasticamente porque o empregado, muitas das vezes, começa a ter uma percepção das reclamações judiciais não mais como uma forma de conseguir o adimplemento forçado de seus créditos, na maioria das vezes, de natureza alimentar, por parte de seu empregador, mas de uma forma muito temerária e arriscada que acaba por inibi-lo a buscar por seus direitos.

Tais mudanças inconstitucionais na CLT são defendidas inclusive, por membros do Poder Judiciário, que deveriam ser os guardiões da Constituição Federal. Contudo, o que podemos perceber, algumas vezes, é a desconsideração dessas vulnerabilidades que acabam por enfraquecer o trabalhador, o ramo justrabalhista e a sociedade.

A validade das normas impugnadas pela PGR, na ação constitucional analisada neste trabalho, gera, não somente um impedimento aos trabalhadores de buscar as suas

verbas alimentares, fruto de seu labor, no Poder Judiciário, mas uma probabilidade maior de impunidade dos empregadores inadimplentes.

Diante de tal problemática, faz-se necessária a total procedência da ADI em questão, de forma mais urgente possível, para que possamos avançar um pouco na garantia do cumprimento dos princípios constitucionais e da proteção ao trabalhador na contramão de tamanho retrocesso trazido pela Reforma Trabalhista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. **2 anos de Temer: Popularidade, Congresso, Ministérios e Viagens**. Nexojornal, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/11/2-anos-de-Temer-popularidade-Congresso-minist%C3%A9rios-e-viagens>>. Acesso em 17 nov. 2018.

BARROSO, Luis Roberto. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **O princípio da proteção em xeque**. Rev. TST. Vol. 83, 2017. Disponível em: <<https://rodrigocarelli.org/2018/10/31/o-principio-da-protecao-em-xeque/>>. Acesso em 26 nov. 2018.

CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à Reforma Trabalhista**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 10ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014.

CHAVES, Maria Cláudia Gomes. **Dumping social como fator de precarização das relações de trabalho**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 78, 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8087>. Acesso em 23 nov. 2018.

CITTADINO, Raphael Sodré. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista**. STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CNJ. **Justiça em Números 2018: ano-base 2017**. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c32167.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2018

CONTRAF *apud* DIEESE. **Terceirizados são as maiores vítimas de acidentes de trabalho**. São Paulo, 2018. Disponível em <<http://www.contrafcut.org.br/noticias/terceirizados-sao-as-maiores-vitimas-de-acidentes-de-trabalho-c449>>. Acesso em 22 nov. 2018.

CUNHA JUNIOR, Dirley. **A proibição do retrocesso e o efeito “cliquet” dos Direitos Fundamentais**. Jusbrasil, 2014. Disponível em: <<https://dirleydacunhajunior.jusbrasil.com.br/artigos/152845012/a-proibicao-do-retrocesso-e-o-efeito-cliquet-dos-direitos-fundamentais>>. Acesso em 16 nov. 2018.

CUNHA JUNIOR, Dirley da; NOVELINO Marcelo. **Constituição Federal para concursos**. 6. ed. rev. ampl.e a atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2015

DALLEGRAVE NETO, José Afonso *apud* SCHIAVI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho aspectos processuais da Lei n. 13.467/17**. 1. ed. São Paulo : LTr Editora, 2017. p. 85

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

DODGE, Raquel Elias Ferreira. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

FACHIN, Luis Edson. **Pleno - Julgamento de ação contra reforma trabalhista é suspenso.** STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk&t=5279s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

FERRAZ, Rudy Maia. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista.** STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

GONÇALVES, Igor Sousa; FREITAS, Camila Diniz de. **A Reforma Trabalhista e o Direito Processual do Trabalho: retrocessos e violações ao direito constitucional de acesso à justiça.** Brasília. Escola Superior do Ministério Público da União, 2017. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-50-julho-dezembro-2017/a-reforma-trabalhista-e-o-direito-processual-do-trabalho-retrocessos-e-violacoes-ao-direito-constitucional-de-acesso-a-justica>>. Acesso em 24 nov. 2018.

IBGE. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018.** Agência de Notícias, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>>. Acesso em 17 nov. 2018.

LOGUÉRCIO, José Eymard. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MELO, Luis Antônio Camargo. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista.** STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. **Pleno - Restabelecido prazo de 30 dias para migração de parlamentares a novos partidos.** STF, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dgQgvCso2jk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

OLIVEIRA, Samara Moura Valença de. **A aplicação do princípio da primazia da realidade no combate ao fenômeno da pejetização.** Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/2687/1938>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ONUBR. **Número de trabalhadores sindicalizados no Brasil atinge maior patamar desde 2004, segundo IBGE/OIT.** ONUBR: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-trabalhadores-sindicalizados-no-brasil-atinge-maior-patamar-desde-2004-segundo-ibgeoit/>>. Acesso em 28 nov. 2018.

PEREIRA, Flávio Henrique Unes. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista.** STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

RIBEIRO, Alberto Palvie. **Pleno - Iniciado julgamento de ADI contra Reforma Trabalhista.** STF, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeJu3cn-pMA&t=9s>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

RODRIGUES, Jessé. **Pronunciamento de Michel Temer sobre a Reforma Trabalhista – 11/07/2017.** Youtube, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aZiAq3UW5ss>>. Acesso em 17 nov. 2018.

RUPP, Luiz Gustavo Assad. **Reforma e Contrarreforma Trabalhista.** Joinville: SINSEJ, 2017. Disponível em: <<http://www.sinsej.org.br/2017/11/18042/>>. Acesso em 15 nov. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. P. 877.

SCHIAVI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho aspectos processuais da Lei n. 13.467/17**. 1. ed. São Paulo : LTr Editora, 2017.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 8ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

SCHNEIDER, Jéssica Marcela. **O princípio da primazia da realidade e sua aplicação enquanto instrumento de combate à fraude à relação de emprego**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://pdfdocumento.com/universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-jessica-ufrgs-lume_5a357c471723_dd215d11053a.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista: Análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Petição Inicial da ADI 5.766**. STF, 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadordpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5250582>>. Acesso em 25.11.2018. p.71-72

TEIXEIRA, Danilo Oliveira Lima. **O acesso à justiça no âmbito trabalhista**. Aracajú: 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62974/o-acesso-a-justica-no-ambito-trabalhista>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

TST *apud* ESTADÃO. **Com seis meses de reforma, número de ações trabalhistas cai 40%**. Estadão: São Paulo, 2018. Disponível em:<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-seis-meses-de-reforma-numero-de-aco-es-trabalhistas-cai-40,70002360827>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

TST *apud* LAPORTA, Taís. **Após reforma, número de novas ações trabalhistas cai quase 45% no 1º trimestre**. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/apos-reforma-numero-de-novas-aco-es-trabalhistas-cai-quase-45-no-1-trimestre.ghtml>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

TST. **Relatório Analítico de 2017**. Brasília: TST, 2018. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/estatistica/noticias/-/asset_publisher/bR9D/content/conheca-o-relatorio-geral-da-justica-do-trabalho-2015>. Acesso em 28 nov. 2018